

09 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Mãe de trigêmeos consegue ampliar licença para 9 meses

Justiça de MG autoriza licença-maternidade maior
para mulher cuidar de filhos

Lei prevê no máximo 6 meses de afastamento e não inclui tempo diferenciado para casos de partos múltiplos

CLÁUDIA COLLUCCI
DE SÃO PAULO

Uma mãe de trigêmeos conseguiu na Justiça de Minas Gerais o direito de ampliar a licença-maternidade de seis para nove meses.

Funcionária da Câmara Municipal de Patos de Minas (MG), Kerley de Paula e Silva, 41, teve os bebês em dezembro e deveria ter retornado ao trabalho em junho.

Na ação, com pedido de liminar, ela alegou que precisava de mais tempo para cuidar dos filhos, que nasceram prematuros —dois deles, Nuno e Mila, com 1,75 kg e 1,95 kg.

O terceiro bebê, Raul, nasceu com peso maior (2,3 kg), mas tem malformações craniofacial e nas mãos e se submeterá na próxima semana a uma cirurgia em Bauru (SP).

Além dos trigêmeos, Kerley tem um outro menino, Ciro, de dois anos e meio. “É muito trabalho. Às vezes, termino o dia sem saber se peguei no colo todos eles”, diz.

As duas gravidezes foram por fertilização in vitro. “Queríamos um segundo filho. Mas jamais pensamos ter três de uma vez só. No início, foi um choque. Eu só chorava. Depois, foi uma alegria só.”

Ela conta que a ideia de pedir a ampliação da licença surgiu quando amigos perguntavam: “com trigêmeos, a sua licença maternidade vai ser multiplicada por três?”.

O advogado Luiz Henrique Varela, que ingressou com a ação, diz que a legislação brasileira é omissa e não contempla casos como o de Kerley.

“Devemos tratar de forma diferente pessoas em condições diferentes”, diz ele.

A liminar foi concedida pelo juiz Marcus Caminhas Fasciani, da 2ª Vara Cível de Patos de Minas. Segundo ele, a mulher não poderia ser prejudicada pela omissão da administração pública.

Para ele, se a regra geral dos servidores municipais de Patos de Minas é de uma licença de seis meses, o caso de Kerley não pode ser como os demais porque a sua situação (trigêmeos, sendo um deles portador de deficiência física) foge à regra geral.

A CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) não prevê prazos diferenciados para casos de partos múltiplos.

Desde 2009, uma lei federal garante a licença-maternidade expandida (seis meses, em vez de quatro) às servidoras públicas. Nas empresas privadas, só as de grande porte costumam oferecer o benefício porque conseguem dedução do Imposto de Renda.

Um projeto tramita no Congresso desde 2011 para ampliar a licença-maternidade de mães de prematuros. Ele propõe que toda mulher possa acrescentar aos dias de licença o tempo que faltava para completar 37 semanas de gestação—mínimo para que o bebê não seja prematuro.

CONTINUA

09 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO

Ao menos 10 projetos tentam ampliar licença-paternidade

Congresso discute aumentar dos atuais 5 dias
para períodos entre 15 e 30 dias

**Parte de municípios
e Estados já criou leis
próprias; alguns países
têm prazo maior, mas
adotam redução salarial**

Tramitam no Congresso Nacional ao menos dez projetos de lei que discutem a ampliação da licença paternidade por períodos que variam entre 15 e 30 dias.

Hoje, a licença-paternidade que vigora no país tem duração de cinco dias e é garantida pela Constituição.

Entre os projetos em tramitação, o da senadora Patrícia Saboya (PDT) está em fase mais adiantada. Ele fixa em 15 dias o benefício, tanto para o pai biológico quanto para o adotivo.

Alguns Estados e algumas cidades brasileiras já ampliaram esse período por meio de leis próprias.

Em junho de 2006, o Amapá foi o primeiro Estado a garantir 15 dias de licença-paternidade para os servidores públicos. Depois disso, funcionários públicos estaduais de Pernambuco e do Rio Grande do Norte passaram a ter o mesmo direito.

“É uma fase muito difícil para a mulher. Por isso, é fundamental que o pai esteja mais presente, que haja uma revezamento nos cuidados”,

diz a pediatra Marisa da Matta Aprile, presidente do departamento de aleitamento materno da Sociedade de Pediatria de São Paulo.

Segundo ela, os atuais cinco dias são insuficientes também para a criação de vínculos entre o pai e o bebê. “A mulher mal chega da maternidade e ele já tem que retornar ao trabalho.”

Para Marisa, o Brasil deveria se mirar em legislações de outros países que garantem licença ampliada. Nos EUA, o afastamento é de até três meses (não-remunerados).

Em Portugal, a mãe deve cumprir seis semanas de licença, mas o restante do período pode ser dividido. Quando o pai participa, ela é aumentada de 120 para 150 dias. Na Suécia, a licença chega a 13 meses. Ambas preveem diminuição de salário.

09 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Juiz do caso Andres sabia de acordo para acerto da dívida fiscal

JUSTIÇA Dado tende a enfraquecer defesa do ex-presidente do Corinthians, que virou réu por não pagamento de imposto

MARCEL RIZZO
DE SÃO PAULO

O juiz que aceitou a denúncia do Ministério Público Federal e transformou o ex-presidente do Corinthians e candidato a deputado federal, Andres Sanchez (PT), em réu numa ação por dívida fiscal conhecia o acordo que o clube fez com a Receita para pagamento dos R\$ 94,1 milhões.

De acordo com a assessoria de imprensa da Justiça Federal de São Paulo, "o juiz [Joaldo Karolmenig de Lima Cavalcanti] teve acesso a informação" sobre o parcelamento da dívida.

A informação tende a enfraquecer a defesa dos acusados neste caso.

A defesa de Andres, apresentada por meio da sua assessoria na quinta (dia 7), se baseia no fato de que o acordo para o pagamento aconte-

ceu em dezembro de 2013, portanto antes da denúncia da procuradoria, que é de março de 2014.

Nesta sexta (dia 8), a reportagem entrou em contato com a assessoria de Andres, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

De acordo com auditoria da Receita, na qual se baseia a denúncia do Ministério Público, entre 2007 e 2010, quando Andres era o presidente do Corinthians, não foram repassados aos cofres públicos descontos de impostos do pagamento de funcionários do clube.

Além de Andres, são acusados outros três cartolas que faziam parte da diretoria no Corinthians entre 2007 e 2010: Roberto de Andrade (ex-vice e pré-candidato à presidência), André Luiz de Oliveira (ex-diretor administrativo) e Raul Corrêa da Sil-

va (diretor financeiro à época, ainda no cargo).

Reportagem publicada nesta sexta (8) pelo portal UOL, controlado pelo Grupo Folha, que edita a **Folha**, mostrou que, de fato, houve um acordo entre o Corinthians e a procuradoria da Fazenda de São Paulo para o pagamento da dívida, que estabelece uma penhora de parte da renda anual do clube (1,72% ao ano, algo em torno de R\$ 5 milhões).

DIVERGÊNCIA

Processar criminalmente dirigentes, de empresas ou clubes de futebol, por dívida fiscal depois de acordo para parcelamento de pagamento divide os especialistas.

Para o jurista Ives Gandra Martins, se há acordo para o pagamento, a ação tem que ser suspensa e reaberta só se houver atraso nas parcelas.

09 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Azeredo será o 1º a ser julgado no processo sobre mensalão tucano

Juíza decidiu que ação contra ex-deputado tramitará em separado

A juíza de Minas Gerais responsável pelo mensalão tucano decidiu que o processo do ex-deputado Eduardo Azeredo (PSDB) tramitará em separado, pois chegará de Brasília pronto para julgamento.

Se a ação fosse reunida ao processo dos outros oito réus que tramita em Belo Horizonte não haveria previsão para julgamento de Azeredo, pois o processo em BH ainda está na fase de instrução; o de Azeredo está nas alegações finais.

O mensalão tucano, segundo a denúncia do Ministério Público, envolveu desvios de R\$ 3,5 milhões de estatais de Minas para a campanha de Azeredo à reeleição em 1998. Ele nega as acusações.

Em março, quando estava prestes a ser julgado no Supremo Tribunal Federal, ele renunciou ao mandato de deputado e perdeu o foro privilegiado. Por isso o STF enviou o caso para a primeira instância. O ex-ministro Joaquim Barbosa apontou na época o risco de prescrição das acusações contra Azeredo.

No processo que corre em BH, dois réus — Cláudio Mourão, tesoureiro da campanha, e Walfrido dos Mares Guia — já completaram 70 anos, beneficiando-se da prescrição.

Embora os fatos tenham ocorrido em 1998 e a Procuradoria tenha apresentado denúncia em 2007, a denúncia só foi aceita em 2010, disse a juíza Neide Martins ao justificar a demora. (PAULO PEIXOTO)

José Genoino deve deixar a prisão na terça, após audiência

DE BRASÍLIA - A assessoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios informou, nesta sexta-feira (8), que a audiência do ex-presidente do PT José Genoino com um juiz — trâmite necessário para que ele migre do regime semiaberto para o aberto — deverá ocorrer na próxima terça (12).

Com isso, Genoino irá passar este fim de semana na prisão. Ele obteve na quinta-feira (7) autorização do ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso para cumprir em casa o restante de sua pena no processo do mensalão.

PAINEL

Hora dramática O governo conta com o STF (Supremo Tribunal Federal) para salvar a pele da presidente da Petrobras, Graça Foster. Se a corte não conceder mandado de segurança até terça-feira, ela poderá ter os bens bloqueados no dia seguinte.

10 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Crescem os casos de filhos com 'pais em dobro' na certidão de nascimento

Em geral, são crianças criadas pelo 'pai afetivo', mas que mantêm o vínculo com o pai biológico

1º reconhecimento pela Justiça foi em 2012; ao menos mais 18 ações tiveram resultado semelhante desde então

NATÁLIA CANCIAN
DE SÃO PAULO

“Quero ter o nome dos dois, porque os dois são meus pais.” A frase, dita por uma criança durante um processo de reconhecimento de paternidade, pegou de surpresa a promotora Priscila Matzenbacher, de Rondônia.

Tudo começou após a criança, aos seis anos, descobrir pela mãe que seu pai biológico era outro — não aquele com quem convivia. Anos depois, o genitor foi à Justiça para mudar a certidão.

Ao saber que um dos “pais” sairia do registro, a garota começou a chorar. “Constatee que havia ali uma multiparentalidade”, diz a promotora.

Diante do impasse, veio o pedido: reconhecer ambos oficialmente como pais. Uma alternativa que tem ganhado força em diversos tribunais.

Aos poucos, mais filhos recorrem à Justiça para ter, na certidão de nascimento, o nome de uma mãe e dois pais — ou de um pai e duas mães.

“Muitos ainda consideram loucura. Mas a Justiça não está criando nada, só está reconhecendo uma situação que já existe

PRISCILA MATZENBACHER
promotora

A maioria das decisões é relativa à paternidade. São casos em que os filhos foram criados pelos “pais afetivos” — sem perder o vínculo com os pais biológicos.

Segundo o IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família), o primeiro reconhecimento dos “pais em dobro” ocorreu em março de 2012, também em Rondônia.

De lá para cá, a **Folha** encontrou ao menos outras 18 ações que tiveram resultados semelhantes, distribuídas em 12 Estados. Todos os processos correm em sigilo.

“Antes uma coisa excluía a outra. Se colocava o nome de um pai, excluía o outro. E aí se chegou à visão mais moderna, de que não preciso julgar e escolher entre um deles, posso somar”, diz Rodrigo Pereira, presidente do IBDFAM.

Segundo ele, o instituto planeja pedir ao Conselho Nacional de Justiça que regule a medida e autorize os cartórios a incluir, por conta própria, “duplos pais” no registro — sem que precisem do aval de um juiz para isso.

REGISTRO ‘TRIPLO’

Com a inclusão de um segundo pai — ou mãe — na certidão, os filhos podem alterar o sobrenome e receber pensão alimentícia e herança. Também podem ser incluídos no plano de saúde.

“Muitos ainda consideram loucura. Mas a Justiça não está criando nada, só está reconhecendo uma situação que já existe”, diz Matzenbacher.

Apesar de positivo, o avanço no reconhecimento das famílias “multiparentais” traz o risco de “casos oportunistas”, afirma o advogado Christiano Cassettari, estudioso do tema.

“Muitas pessoas podem querer ter mais um pai só para conseguir melhor condição financeira”, afirma ele.

CONTINUA

10 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO

Juiz sugere colocar os 2 pais no registro

'Vi que o menino chamava os dois de pai', diz magistrado do processo de adoção; foi o primeiro caso no Paraná

Garoto de 16 anos, que vai passar o Dia dos Pais com os dois, só teve receio de que estranhassem na escola

Foi numa reunião da escola que João* descobriu: ali, o pequeno Eduardo*, de quatro anos, já dizia que tinha dois pais. "Ele já me chamava de pai em casa, mas, quando você ouve isso fora, é algo mais forte. Então pensei: é oficial. Sou pai por mérito", relata.

O contato com o menino começou um ano antes, ao se casar com a mãe do garoto. A partir daí, passou a levá-lo ao médico, ao dentista, à escola —às vezes, até à casa do pai biológico, que o garoto via uma vez por semana.

Com o passar dos anos, veio a preocupação. "Eu pensava: e se acontecer alguma coisa comigo? Ele não tem direito a nada?", conta João.

"Qualquer viagem eu tinha que procurar o cartório. E aí eu pensava: poxa, também sou pai, tenho que pedir autorização?". Decidiu procurar o pai biológico do garoto. "Falei: quero ser o pai dele."

A ideia era entrar com um processo de adoção —o nome de Luís* sairia da certidão de nascimento do filho, com 14 anos na época, para dar lugar ao de João. O pai biológico concordou.

"Quando fui fazer a audiência, vi que o menino chamava os dois de pai", conta o juiz Sérgio Kreuz, de Cascavel (PR). Foi aí que ele sugeriu: iria colocar o nome dos dois na certidão.

"Foi o primeiro caso que nós tivemos [no Estado] com dois pais", conta o advogado Ildo Forcelini. O pai biológico diz que ficou mais tranquilo. "Estamos garantindo um futuro melhor para ele."

Alterar a certidão, no entanto, não foi tão simples. "O cartório se recusou a mudar e tivemos que pedir ajuda do oficial de Justiça", relata João. O problema se repetiu com o RG. Para o passaporte, os dois pais e a mãe assinaram o pedido.

E para Eduardo, o que mudou? Tímido, o adolescente de 16 anos não quis falar com a reportagem. Aos pais, com os quais comemora hoje o Dia dos Pais, disse que gostou da mudança —ao mesmo tempo em que sentia receio de que, na escola, estranhassem.

Sua mãe não arrisca dizer qual será a reação das pessoas no futuro, mas avalia que a saída deixou o filho feliz. "Nunca foi dito que ele tinha que escolher. Mas, para a criança, isso pesa. No fim, ele se sentiu mais protegido", comemora.

(NATÁLIA CANCIAN)

*nomes fictícios

Projeto incentiva reconhecimento de paternidade

Enquanto a Justiça já reconhece o nome de dois pais, algumas crianças ainda têm na certidão um espaço em branco.

"Eles me perguntavam por que não tinham o nome do pai", conta a dona de casa Gisele Ribeiro, 34, sobre o registro dos filhos Douglas e Isabela, gêmeos, no qual só constava o seu nome.

O levantamento de um programa de reconhecimento de paternidade, conduzido pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com os tribunais, mostra que esse cenário começa a mudar.

Desde 2010, quando o projeto começou, ao menos 42.410 pais reconheceram espontaneamente os filhos.

Outros 15.419 homens passaram por testes de DNA e 41.878 tiveram processos abertos para investigação da paternidade.

Foi com um teste de DNA que, depois de 11 anos de espera, Douglas e Isabela encontraram o pai.

10 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Barriga do Congresso

Divulgadas nos últimos dias, duas notícias no campo da reprodução assistida mostram, a um só tempo, o avanço da sensatez na sociedade e a inabalável omissão do Congresso em relação ao tema.

Na última quinta-feira, esta **Folha** mostrou que a Justiça tem facilitado o registro de bebês fruto de “barriga de aluguel”. Obtendo sentenças favoráveis, casais que ficarão com a criança conseguem emitir certidão de nascimento da qual conste apenas os seus nomes, sem menção à gestante.

No dia 3, soube-se que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) considera inconstitucional o teto de 50 anos fixado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) para mulheres que desejem implantar embriões.

Há bom senso, sem dúvida, por trás dessas decisões, mas seu conteúdo chama menos a atenção do que sua forma. A matéria está sendo disciplinada pelo Judiciário e por órgãos reguladores, que carecem de legitimidade política para legislar ou de competência para regulamentar os aspectos jurídicos.

A culpa dessa desconjuntura é do Congresso. Bebês de proveta existem desde 1978, quando veio à luz na Inglaterra Louise Brown, o primeiro ser humano gerado por fertilização “in vitro”. Hoje, estima-se que, a cada ano, nasçam

250 mil crianças com o auxílio de técnicas da reprodução assistida.

As implicações éticas, médicas e jurídicas decorrentes da possibilidade de fecundar óvulos fora do corpo, gerar e armazenar embriões, manipulá-los e implantá-los em qualquer útero funcional são muitas. Os possíveis dilemas vêm sendo discutidos há 36 anos.

Não obstante, os congressistas brasileiros não foram capazes de aprovar uma lei. Não é por falta de projetos. Vários foram sugeridos, debatidos e apensados. O mais maduro deles leva o número 1.184/03. Aprovado pelo Senado, tramita há mais de uma década na Câmara.

Em comum, tanto o projeto de lei 1.184 como as resoluções do CFM têm o fato de se pautarem por uma visão de mundo com doses de conservadorismo, temperada com pitadas de religiosidade. O exemplo maior dessa mentalidade é a proibição, sem motivos razoáveis, da escolha do sexo do bebê.

Na bioética, contudo, a melhor solução quase sempre passa pela maior autonomia. Os casais, devidamente orientados, são os mais aptos a ponderar riscos e benefícios de sua escolha. Ao legislador cabe apenas definir os princípios gerais da reprodução assistida e regular as questões jurídicas —que não são poucas nem fáceis.

10 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Freio de arrumação

O presidente eleito do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Francisco Falcão, deve sacudir a corte com uma série de medidas após tomar posse, no próximo dia 1º. Ele promete dar freio às viagens internacionais de colegas e apurar quanto a atual gestão gastou em passagens e diárias no exterior. Além disso, vai desalojar um salão de beleza e uma academia de ginástica que funcionam na sede da corte, em Brasília. “Isso não era nem para existir. Tribunal não é lugar de salão de beleza”, critica.

Tudo meu Falcão quer transferir o gabinete da presidência do oitavo para o nono andar, onde funcionam a academia e o salão que promete extinguir. “O espaço está subutilizado com coisas fúteis e passará a ser mais bem aproveitado pelo tribunal”, diz.

Rádio corredor O ministro conta que se irritou ao ser questionado por colegas sobre o rumor de que instalaria um elevador panorâmico no prédio. “Isso não existe. Não farei obra nenhuma. Vou deslocalar móveis que já existem e, no máximo, colocar algumas divisórias nos gabinetes.”

Origens Falcão considera que causou incômodo nos últimos anos como corregedor do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Em abril, ele instalou investigação para apurar suspeita de abuso em viagens de ministros do STJ e suas esposas ao exterior. O caso foi arquivado sem punições.

Mudanças A partir de setembro, só o presidente e o vice terão autorização para viajar com despesas pagas pelo tribunal. “Vou divulgar tudo no Portal da Transparência, inclusive as viagens feitas nos últimos anos”, anuncia o novo chefe da corte.

GASPARI

BARBOSA NO TWITTER

Joaquim Barbosa saiu do Supremo Tribunal, mas foi para o Twitter. Tem 26 mil seguidores e já deu os primeiros tiros, prometendo continuar.

SEM Saída

Preso desde março e **16 kg** mais magro, o **doleiro** Alberto Youssef agora quer colaborar com a Justiça, mas pode pegar mais de **cem anos** de prisão

MARIO CESAR CARVALHO
ENVIADO ESPECIAL A CURITIBA

Dezesseis quilos mais magro, resultado dos quase cinco meses preso, réu em 12 processos, nos quais deve ser condenado a mais de cem anos de prisão, e com um pedido de divórcio da mulher, o doleiro Alberto Youssef enviou sinais ao Ministério Público e à Justiça de que quer fazer um acordo de delação premiada para se livrar da cadeia o quanto antes.

A lei brasileira prevê redução de pena para colaboradores. Se o que revelar à Justiça ajudar a esclarecer crimes mais graves, Youssef pode até ficar livre da prisão.

Foi o que aconteceu em 2007, quando o doleiro foi detido pela primeira vez e escapou entregando uma parte da sua clientela.

A conclusão do doleiro, e da maioria dos advogados que atua na Operação Lava Jato, é que não há defesa técnica possível contra as provas que a Polícia Federal e os procuradores juntaram contra ele, Paulo Roberto Costa (ex-diretor de abastecimento da Petrobras) e cerca de 15 empreiteiras.

Restam duas alternativas para a defesa, segundo cinco advogados que atuam no caso ouvidos pela **Folha** sob

condição de anonimato: tentar tirar o juiz Sergio Moro do julgamento ou tirar os processos do Paraná, onde a Lava Jato foi deflagrada.

Moro é considerado um juiz duríssimo, mas com um preparo técnico praticamente imbatível em questões de crime financeiro e lavagem de dinheiro.

As duas hipóteses são remotas, pois o STF já decidiu que o caso deve ficar na Justiça do Paraná.

O doleiro foi preso em 17 de março pela PF na Operação Lava Jato, sob a acusação de comandar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou R\$ 10 bilhões em quatro anos e tinha ramificações na Petrobras, no Ministério da Saúde e em partidos como PT, PP e SDD.

É UM LUXO SÓ

Youssef levava uma vida de milionário antes de ser preso. Morava num apartamento comprado por R\$ 3,5 milhões na Vila Nova Conceição —um dos bairros mais caros de São Paulo—, tinha três hotéis, uma rede de agência de viagens e helicóptero, e convivia com altos executivos de empreiteiras. Com um deles costumava beber o vinho Vega Sicilia, que, em algumas safras, custa R\$ 2.000.

Uma cifra apurada pelos procuradores que atuam na Operação Lava Jato traduz, em parte, o porte que Alberto Youssef atingira. Ele remeteu US\$ 444,7 milhões (o equivalente a pouco mais de R\$ 1 bilhão) para fora do país entre junho de 2011 e março deste ano —uma média de US\$ 150 milhões ao ano. É um volume equivalente a um banco de médio porte.

É um salto e tanto para alguém que nasceu numa família de classe média baixa em Londrina, no norte do Paraná, e vendia pastel no aeroporto da cidade quando era criança.

CONTINUA

10 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

BAIXA CREDIBILIDADE

A maior dificuldade para que a colaboração de Youssef seja aceita é que sua credibilidade tende a zero.

As razões da baixa credibilidade é que ele não contou tudo o que sabia na delação premiada que fez em 2007 e não cumpriu a promessa de que não voltaria a atuar no mercado de dólar. A avaliação da PF e dos procuradores é que Youssef usou a primeira delação premiada como alavanca para elevar sua participação no mercado.

A estratégia que usou foi entregar os clientes menos importantes, como políticos e servidores públicos do Paraná, e preservar os grandes, como o deputado José Janeke (PP-PR) — que até morrer, em 2010, era o cicerone do doleiro em Brasília e em empresas como Petrobras.

O plano deu certo. Youssef deixou de ser um doleiro do Paraná e passou a ter atuação em São Paulo, Rio e Brasília, segundo a PF. Continuou atuando com o PP, mas conquistou aliados no PT, como o deputado federal André Vargas (sem partido-PR).

O advogado de Youssef, Antonio Augusto Figueiredo Basto, diz que a decisão de colaborar é do seu cliente, mas ele não recomenda o expediente: “O Alberto é mero bode expiatório num esquema muito maior, sobre o qual não há nenhum interesse em investigar. Você acha que ele teria feito tudo de que é acusado sem um parlamentar?”.

Ele diz que sai do caso se seu cliente virar colaborador.

10 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Os novos guardas da esquina

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO

A interceptação telefônica virou regra, não se cumpre o exigido e o previsto na lei de regência. Tornou-se norma de aplicação automática

“É fácil trocar as palavras, difícil é interpretar os silêncios! É fácil caminhar lado a lado, difícil é saber como se encontrar” (Fernando Pessoa)

Sou de uma época em que se dizia que deveríamos nos preocupar com o “guarda da esquina”. Esse conceito se popularizou com o episódio ocorrido em 1968, quando o então vice-presidente, Pedro Aleixo, ao questionar os termos do AI-5, ponderou ao presidente Costa e Silva: “Presidente, o problema de uma lei assim não é o senhor nem os que com o senhor governam o país. O problema é o guarda da esquina”.

Hoje estamos pior do que antes, o guarda da esquina continua a nos preocupar e nós temos a figura execrável do “tira hermeneuta”. Tenho alertado que a principal figura do processo penal brasileiro hoje é o que chamo, em homenagem ao grande advogado Luis Guilherme Vieira, de tira hermeneuta. É aquele policial que “analisa” e “interpreta” as escutas telefônicas.

Na luta contra o crime organizado é claro que as interceptações telefônicas são um grande instrumento de investigação, às vezes, essenciais. Mas só às vezes. Daí a excepcionalidade de que se revestem as autorizações judiciais de escuta, apesar da quantidade absurda, ilegal e inconstitucional de grampos que observamos no cotidiano da advocacia.

A interceptação virou regra, não se cumpre o exigido e previsto na lei de regência. Ao contrário, tornou-se norma de aplicação automática, ao que parece. Mas o pior é que nem sequer se cumpre o rito legal de ampla defesa para que se possa aferir o que de fato foi objeto de escuta. Não se

faz a necessária degravação para que possamos sair da armadilha do resumo feito pelos tiras hermeneutas.

Eles escutam as gravações por horas, dias, semanas, meses, anos e, no dia a dia, fazem resumos do que pensam que ouviram e do que julgaram ter entendido. Todos estamos sujeitos a essas interpretações. Prisões são pedidas, vidas são violentamente expostas na mídia, ações penais são propostas, enfim, vários institutos incorporados à vida civilizada são desprezados no cotidiano das interceptações telefônicas.

Os princípios da presunção de inocência, da privacidade, do devido processo legal, da ampla defesa são solenemente ignorados.

Poderia mencionar vários exemplos do meu cotidiano na advocacia, mas prefiro escolher um em especial, justamente um caso em que não advogo: o da professora de filosofia Camila Jourdan, que ganhou destaque na mídia após ter sido acusada como suposta líder de uma “quadrilha armada” responsável por ações violentas em protestos, segundo investigação da polícia carioca que, a partir da interpretação de uma escuta telefônica, concluiu que o filósofo russo Mikhail Bakunin, mestre teórico da anarquia, seria um agitador, um subversivo, alguém a ser investigado, segundo compreendeu um tira hermeneuta.

É humilhante ver o estado de ignorância do Estado responsável pela investigação. O tira não tem a obrigação de conhecer Bakunin, mas a estrutura acusatória do Estado tem, sim, a obrigação de fazer esse filtro antes de lançar acusações. Ficamos submetidos ao arbítrio, à ignorância, à má-fé, à violência.

Enfim, dá até para citar Bakunin, é uma anarquia! Mas não nos temos propostos por ele, pois aí já seria querer muito deste Estado autoritário e invasivo.

Só quero lembrar que num país de grampos sem freios e sem medidas, sem controle razoável pelo Judiciário, quando se gramepeia alguém, não se escuta só o próprio investigado, mas todos aqueles que conversaram com ele, pessoas quaisquer de casa, do escritório, do celular. E todos, indistintamente, serão objeto da interpretação de um tira hermeneuta.

É claro que esses que nos investigam de forma indevida não têm noção do mal que fazem à democracia. É como dizia Bakunin: “Não há nada tão estúpido quanto a inteligência orgulhosa de si mesmo”.

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, o Kakay, 57, é advogado criminalista

1 1 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça à la carte

RICARDO MELO

Laudos mostraram que os supostos artefatos explosivos não acenderiam nem fogueira de São João

O EPISÓDIO da soltura de dois indivíduos em São Paulo, até então comparados a perigosos terroristas, é um daqueles vexames difíceis de apagar.

Laudos mostraram que os supostos artefatos explosivos eram incapazes de acender uma fogueira de São João. Ainda assim, os acusados passaram 45 dias no xadrez satanizados de todos os modos possíveis.

Nada a favor de autointitulados black blocs e congêneres. Sua atuação, tenho certeza, só favorece adversários de manifestações e reivindicações legítimas. Fornecem munição a quem está sempre pronto a identificar democracia com baderna, demandas sociais com anarquia e os humildes com preguiçosos.

A extração social da liderança do pessoal encapuzado elimina dúvidas. Geralmente provém da classe média e se alimenta de um “sincretismo ideológico” que nada tem a ver com a história de lutas contra a exploração do homem pelo homem.

Numa abordagem complacente, são, na verdade, expressões de desespero sem rumo. Uma análise mais detalhada evidencia interesses unindo provocadores infiltrados e uma moçada da alta roda. Representantes desta última, aliás, chegaram a aparecer em listas de colaboradores da tal Sininho. De repente, sumiram do noticiário.

No saldo geral desta turma, fica apenas a oportunidade que dão aos liberticidas de recorrerem a expedientes autoritários. Inquéritos baseados em depoimentos solitários, provas fraudadas e declarações es-

pantosas como as do governador paulista, Geraldo Alckmin: “Por que a polícia plantaria provas contra alguém? Imagine”.

Que o digam os milhares de sem mídia da periferia presos com base em depoimentos de um único policial —isto para não citar os mortos nas mesmas condições.

Para comprovar que a Justiça tem razões que só o dinheiro explica, na mesma semana o Ministério Público denunciou um grupo de fiscais e familiares pela fraude de impostos na Prefeitura de São Paulo.

Foram precisos quinze meses —na verdade, bem mais, porque a quadrilha age há muito mais tempo no submundo da burocracia municipal. Bem, antes tarde do que nunca. Mas algo chama a atenção nisso. A promotoria concluiu que empresas que irrigaram a propinoduto foram “vítimas” do bando.

Como assim? O sujeito te pede um por fora, você paga e tudo bem. Pergunta: por que não denunciou o esquema? Não estamos falando da gente pobre obrigada a pagar milicianos cariocas para escapar do cemitério. Nada disso.

No caso de São Paulo, são grandes —e põe grande nisso— conglomerados que ficaram de bico calado. Em vez de reclamar da tramoia, preferiram o caminho mais fácil e rentável. Viraram cúmplices da rouba-lheira, mas nos autos aparecem como... vítimas. Dá para acreditar?

11 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Gráfica lacrada pelo TRE é fornecedora do governo do Rio

Usada para fazer placas para campanha de Pezão, empresa indicava CNPJs de “laranjas” em material

Justiça eleitoral diz haver indícios de ‘desvio de dinheiro público’ para produzir material de campanha

ITALO NOGUEIRA
DO RIO

A gráfica High Level Signs, lacrada na última sexta-feira (8) sob suspeita de produzir irregularmente material da campanha de reeleição do governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), é fornecedora das empresas de publicidade do governo do Rio.

Ela é responsável por produzir o material gráfico de alguns programas do Estado, como Lei Seca, Barreira Fiscal, entre outros. O nome da empresa consta de listagem publicada, por força de lei, no site da Casa Civil estadual.

O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Rio afirma haver indícios de desvio de dinheiro público para a produção do material de campanha de Pezão e de nove candidatos a deputado de sua coligação.

Em fiscalização, a empresa foi lacrada porque imprimia material indicando CNPJs de “laranjas” e com tiragem menor do que a real, segundo o tribunal.

O TRE chegou a afirmar no sábado (9) que a High Level

tinha “contratos” com o governo do Estado e Prefeitura do Rio, ambos comandados pelo PMDB. Neste domingo, o tribunal afirmou que a empresa “prestava serviço de produção gráfica” para o Estado e município.

A High Level é fornecedora das agências de publicidade do Estado. Ela produz material de divulgação de programas do governo, como a Lei Seca. Confecciona adesivos, placas e material para vagões de metrô, trens e carros.

Sob o nome CSPS Signs, com o qual está registrado na Receita Federal, ela aparece na lista de prestadoras de serviços no site da Secretaria da Casa Civil. A empresa está nas relações de fornecedores de 2011, 2012 e 2013 — a desse ano não está disponibilizada.

O Estado publicou a informação em seu site por causa da lei 12.232 de 2010, que define regras para a contratação de agências de publicidade. A legislação exige publicação do nome dos fornecedores, entre outros dados.

Apesar da determinação, a Prefeitura do Rio não disponibiliza as informações.

A listagem não divulga o total repassado pelas agências para a empresa. Segundo o TRE, fiscais encontraram no galpão da empresa, no Méier (zona norte), onze bo-

letos bancários com o valor de R\$ 340 mil emitidos pela Secretaria de Estado da Casa Civil. A pasta é a responsável por contratar as agências de publicidade.

A suspeita do tribunal é que apenas a tiragem divulgada nas placas e panfletos seria paga regularmente pelas campanhas. O restante do material — acima do divulgado oficialmente — seria custeado, segundo a fiscalização do TRE, a partir de desvio de dinheiro público.

O governo do Estado afirmou, em nota, que não há qualquer relação entre a escolha da High Level Signs como fornecedora das agências de publicidade e o uso das instalações da empresa para confecção do material.

A campanha de Pezão voltou a afirmar que “segue rigorosamente a lei e defende que toda denúncia deva ser apurada”. Nenhum representante da empresa foi localizado para comentar o caso.

1 1 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO PAINEL

Novos tempos A partir de meados de setembro, o Tribunal Superior Eleitoral terá cinco de seus sete ministros titulares indicados ao Judiciário em governos do PT. A corte julgará todas as disputas da corrida presidencial.

Novos nomes Além do presidente do TSE, Dias Toffoli, os ministros Luiz Fux, Maria Theresa de Assis Moura, Henrique Neves e Luciana Lóssio chegaram à cúpula do Judiciário pelas mãos de Lula ou de Dilma.

Tio Patinhas O doleiro Alberto Youssef foi mão aberta não só com políticos. A uma amante, deu um apartamento no Morumbi e três restaurantes, segundo sua contadora Meire Poza em depoimento à Polícia Federal.

Tímidos Empresários estão assustados com a decisão do TSE de obrigar os partidos a identificarem os doadores originais do dinheiro repassado aos candidatos. Um financiador disse a um deputado do PMDB que vai fechar a torneira porque não quer "ficar aparecendo em jornal".

1 1 AGO 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Liminar não garante posse definitiva em cargo público

Na sessão, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deu provimento a Recurso Extraordinário (RE 608482) para reformar acórdão que garantiu a permanência no cargo a uma agente de polícia civil investida no cargo por força de medida judicial liminar, mesmo não tendo sido aprovada em todas as fases do concurso público a que se submeteu. Para a maioria dos ministros, no caso, o interesse público deve prevalecer sobre o interesse particular, devendo ser afastada a chamada teoria do fato consumado.

Consta dos autos que a candidata se submeteu a concurso público. Foi aprovada na primeira fase, mas reprovada na segunda fase – exame físico. A candidata, então, recorreu ao Judiciário e, de posse de medida cautelar, prosseguiu no processo seletivo, sem realizar a terceira etapa, e foi investida no cargo em janeiro de 2002. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJ-RN), ao apreciar a questão, manteve a candidata no cargo com base na teoria do fato consumado, uma vez que ela já exercia a função há muitos anos.

O estado recorreu ao STF. O caso, em que se discute a manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão

judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual da Corte.

Ao apresentar seu voto na sessão de hoje, o relator do caso, ministro Teori Zavascki, explicou que a candidata foi investida no cargo por força de medida cautelar – precária –, e não por uma decisão definitiva, de mérito, e ressaltou que o acórdão do TJ-RN que manteve a posse se baseou exatamente na chamada teoria do fato consumado. O ministro disse entender que quem requer – e obtém – ordem provisória, como são as liminares, fica sujeito à sua revogação.

Para o ministro, o interesse da candidata não pode desatender o interesse maior, o interesse público. Com esse argumento, entre outros, o ministro votou pelo provimento do recurso.

Seguiram esse entendimento as ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia e os ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, presidente interino da Corte.

A garantia do concurso público é uma garantia da República, frisou a ministra Cármen Lúcia ao concordar com os fundamentos do relator.

1 1 AGO 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Sessão administrativa; presidente faz comunicado sobre CNJ e orçamento para 2015

Em sessão administrativa, o presidente interino do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, fez um comunicado sobre a mudança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) das dependências do STF e, na sequência, a Corte aprovou, por unanimidade, o orçamento previsto para 2015.

CNJ

Criado pela Emenda Constitucional 45/2004, o CNJ funcionava provisoriamente em um dos anexos do STF desde 2005. O órgão começou a ser transferido para outro imóvel em Brasília e, após visitar as obras, o ministro Lewandowski observou que o espaço tinha capacidade de abrigar também o plenário, o gabinete do presidente e a secretaria geral. Diante disso, consultou engenheiros e arquitetos que apresentaram uma planta alternativa àquela que estava sendo utilizada para a reforma e determinou a transferência de todas as áreas do Conselho para o prédio. As obras devem ser concluídas até o dia 7 de setembro.

“Nós aproveitamos integralmente os móveis e não houve nenhum aumento de despesas”, afirmou o presidente ao destacar que a primeira sessão já foi realizada no local na última terça-feira (5) e tanto os conselheiros como os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público se declararam muito bem acomodados.

De acordo com o ministro Lewandowski, essa providência liberou o espaço físico de 3.364 metros quadrados no STF e

36 vagas na garagem. Outras unidades do STF que foram transferidas para outros prédios em Brasília para dar espaço ao CNJ agora poderão voltar ao local de origem.

A medida, segundo o ministro Marco Aurélio, ocorreu “de forma que não se mostrou traumática, já que prevê um cronograma quanto à mudança por setor, e isso se mostrou muito racional em termos de Administração Pública”.

ORÇAMENTO

Na mesma sessão administrativa, o ministro Lewandowski apresentou aos demais ministros a proposta de orçamento para 2015, que estima um valor global de R\$ 602.434.414. Aprovada por unanimidade, a proposta orçamentária será encaminhada para o Poder Executivo, conforme prevê o artigo 99, parágrafo 2º, inciso I, da Constituição Federal.

De acordo com o presidente, “comparativamente ao exercício anterior, a atual proposta representa uma elevação de 6,79%, ou seja, foi uma correção com base na inflação que se teve no período”.

A proposta orçamentária inclui a manutenção dos níveis de serviço existentes, bem como a expansão com novos serviços de melhoria da prestação jurisdicional, recuperação e modernização das instalações do STF.

09 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Violência

e assédio mudam

rotina de mulheres

Levantamento apontou
que 70% delas deixaram de
sair de casa em determinado
horário por medo

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – Uma pesquisa realizada pela ActionAid em seis cidades de quatro Estados apontou os principais tipos de violência e vulnerabilidade que as mulheres sofrem por causa de serviços públicos de má qualidade. A ActionAid, fundada em 1972, é uma organização sem fins lucrativos cujo trabalho atinge 20 milhões de pessoas em 45 países. No Brasil, a atuação começou em 1999. A partir do levantamento foi lançada a campanha Cidades Seguras para as Mulheres.

Foram ouvidas 306 mulheres em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte entre setembro e outubro de 2013. O medo da violência ou de assédio, segundo 70,6% das entrevistadas, mudou a rotina e fez com que essas mulheres deixassem de sair de casa em determinado horário e se divertissem (50%). Outras 57% responderam que foram assediadas ou cantadas na rua, porém só 5% formalizaram uma denúncia.

A pesquisa ressalta que a má qualidade do transporte público, iluminação, educa-

ção, policiamento e moradia afetam diariamente a vida de milhões de mulheres. Os dados apontaram que 51% das mulheres opinaram que a iluminação pública das cidades é ruim ou péssima e 68% deram a mesma nota para o policiamento. Mais da metade respondeu que sofreu assédio policial e 48% relatou ter medo da polícia.

“Esses problemas impedem a mobilidade dentro do próprio bairro. Algumas mulheres chegam a levar lanternas dentro das bolsas. Uma das nossas ações é o ‘lanternaço’, onde caminhamos para identificar as áreas precárias”, relatou Gabriela Pinto, assessora de Programas da ActionAid.

A vida urbana assusta as mulheres. As paradas de ônibus, vias, praças e becos foram apontadas como os lugares mais inseguros, enquanto a residência foi apontada como a mais segura. Mais de 40% revelaram ter sofrido assédio dentro de ônibus e 39% mudaram a forma de se vestir para chamar menos a atenção. Melhorar a iluminação pública foi o item mais citado (37%) como uma das formas de aumentar a segurança.

“As mulheres violentadas ainda são muito estigmatizadas pela nossa sociedade machista, além de se sentirem culpadas. A nossa legislação tem que evoluir para punir não só a violência doméstica contra as mulheres, mas também a que acontece em locais públicos”, frisou Gabriela.

Do total de mulheres entrevistadas, 80% têm entre 22 e 25 anos, 61% são negras, 60% trabalhavam e 30% eram dona de casa.

A doméstica Kelly Ferreira, de 28 anos, critica a iluminação pública e o pouco policiamento e revela que tem medo de sair sozinha. “Dependendo do lugar, se não tiver companhia não vou. E tem muita gente que age da mesma forma”, apontou. A estudante Kimberli Rodrigues, de 19, tem receio de ser seguida nas ruas. “Evito usar uma saia curta, um salto alto, para não chamar tanta atenção. No ônibus, a preocupação é com os homens que passam se esfregando na gente”, contou.

CONTINUA

09 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Para a dona de casa Silvany dos Santos, de 25, há mais sensação de segurança hoje do que no passado, mas ressalta que tem receio de usar certas roupas em determinados lugares. "Tem muita mulher que precisa se valorizar também, muitas acabam provocando um pouco", relatou a moradora do Conjunto União da Vitória, zona sul de Londrina.

SEGURANÇA FEMININA

Cuidados básicos para evitar a ação de bandidos

- Evite portar joias e objetos de valor quando sair sozinha



Não saia com bolsas de alto valor quando estiver na rua. Opte

por uma mais simples e deixe as de marca para ocasiões especiais

- Ande acompanhada quando levar bens de valor e para ir ao banco ou supermercado



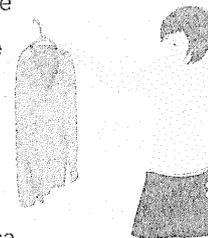
- Se for de carro, lembre que objetos de valor como

bolsa, carteira e celular, não devem estar à vista



- Coloque seus pertences em lugares mais seguros: no porta-luvas, embaixo do painel, sob as pernas enquanto sentada ao volante

- Compre roupas com bolsos, eles são amigos da segurança (quanto mais bolsos, mais segurança para os seus bens)



- Prefira bolsas com compartimentos mais protegidos para carteiras e objetos de valor

09 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Mensalão tucano: juíza se prepara para ouvir Azeredo

Magistrada em Minas Gerais
aguarda envio de processo após
STF declinar competência

Marcelo Portela
Agência Estado

Belo Horizonte - O processo contra o ex-deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG) por envolvimento do tucano no chamado mensalão mineiro vai ser julgado assim que chegar à Justiça de primeira instância. A juíza Neide da Silva Martins, titular da 9ª Vara Criminal do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, negou ontem a possibilidade de juntar o caso à ação que tramita na capital contra outros oito acusados de participação no esquema - o mesmo deve ocorrer com o processo contra o ex-senador Clésio Andrade (PMDB-MG), que ainda será analisado pelo STF.

“Vou apenas abrir vistas para o Ministério Público e a defesa decidirem se ratificam”, disse a magistrada, referindo-se às alegações finais já apresentadas pelas partes no processo contra Azeredo que está no Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte declinou competência para julgar o caso após Azeredo perder o foro privilegiado ao renunciar, em março, mas desde 3 de abril a ação está parada na Seção

de Composição e Controle de Acórdãos do STF.

A Corte ainda vai analisar se a ação contra Clésio terá o mesmo destino, já que o peemedebista também renunciou ao cargo, mas ainda não há data para o processo entrar na pauta do Supremo.

Ontem, a juíza ouviu Ênio Pereira Botelho e Ronaldo Lamounier Locatelli, ex-diretores do Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) arrolados como testemunhas pela defesa do ex-presidente da instituição José Afonso Bicalho Beltrão da Silva. Ele é um dos oito réus no processo que tramita em Belo Horizonte. Outras duas testemunhas que deveriam ter sido ouvidas ontem não compareceram porque não foram intimadas. Manoel de Carvalho Figueiredo foi dispensado pela defesa e o jornalista Lélío Fabiano dos Santos será ouvido em nova audiência que deve ser marcada para outubro.

Santos será a última testemunha antes do início dos interrogatórios dos acusados, entre os quais estão o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza e seus

ex-sócios Ramon Hollerbach Cardoso e Cristiano de Mello Paz. Os três estão presos porque foram condenados no processo do mensalão julgado pelo STF em 2013.

“É possível que iniciemos os interrogatórios na mesma audiência em que será ouvida a testemunha”, observou a magistrada. Neide Martins adiantou ainda que os interrogatórios vão seguir “a mesma ordem da denúncia” do Ministério Público, o que significa que Valério será o primeiro a ser ouvido.

HISTÓRICO

O processo é relativo fatos ocorridos em 1998, quando Azeredo tentou, sem sucesso, se reeleger governador de Minas. Segundo a acusação, recursos de estatais mineiras foram desviados para irrigar a campanha do PSDB por meio das agências de publicidade de Marcos Valério, o que levou o caso a ficar conhecido também como “valerioduto tucano”.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

09 AGO 2014

Apesar do tempo transcorrido, Neide Martins ressaltou que não tem responsabilidade na demora para o julgamento do caso, que só foi denunciado à Justiça pelo então procurador-geral da República Antônio Fernando de Souza em novembro de 2007.

O STF ainda decidiu desmembrar a ação, que começou a tramitar em Belo Horizonte em fevereiro de 2010. Desde então, mais de 100 testemunhas da acusação e defesa foram ouvidas. A juíza salientou ainda que, além deste, tramitam cerca de 5 mil outros processos na 9ª Vara Criminal, vários deles com réus presos acusados de crimes comuns.

“Se eu deixar de ouvir algum réu que prendi, ele é solto”, afirmou, observando ainda que negou pedidos que poderiam atrasar o processo, como a tentativa da defesa de ouvir testemunha que já prestou depoimento no caso ou mesmo pessoa que vive nos Estados Unidos.

Para o promotor João Meideiros, encarregado da acusação, a ação está “caminhando dentro de um tempo razoável” porque, para a “preservação do direito de ampla defesa”, foi necessário realizar a “oitiva de muitas testemunhas”. Mas ele acredita que na próxima audiência já seja possível “iniciar os interrogatórios dos réus”. “Nada impede que na mesma audiência em que seja ouvida a testemunha seja iniciada também a fase de interrogatórios”, avaliou.

*Recursos de estatais mineiras
teriam sido desviados para irrigar
a campanha do PSDB em 1998*

09 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

TRE rejeita candidatura de vice do PRTB

Filiação partidária
de Sottile não constava
na base de dados
da Justiça Eleitoral

Luís Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná indeferiu ontem o pedido de registro de candidatura do candidato a vice-governador Rodrigo Sottile (PRTB), por ausência de comprovação de filiação em prazo exigido. O indeferimento atinge diretamente a candidatura a governador de Geonísio Marinho (PRTB). A sigla agora deve decidir se recorre da decisão ou se convoca nova convenção para compor nova chapa.

Para se candidatar a um cargo público, o político deve estar filiado a um partido até um ano antes da data da eleição, mas o PRTB não conseguiu comprovar a inscrição de Sottile no sistema Filiaweb, da Justiça Eleitoral.

Para o desembargador Jucimar Novo Chadlo, relator da sentença, a comprovação de filiação deve ser feita exclusivamente com base na última relação ofi-

cial de eleitores armazenada no sistema da Justiça Eleitoral e “documentos unilaterais produzidos pelo partido não comprovam a regular filiação partidária do candidato no prazo mínimo”.

Geonísio e Sottile afirmam que o nome do segundo, que é presidente da comissão executiva de Londrina do PRTB desde 2012, não foi inserido no sistema pelo presidente estadual da legenda anterior, Nivaldo Ramos. “Vou tentar falar com ele para conseguir uma declaração por escrito de que eu era da legenda e vamos recorrer”, afirma o impugnado.

Geonísio lamentou ontem a decisão do TRE, mas não deu uma resposta definitiva. De acordo com ele, a coordenação de campanha vai discutir com o advogado para definir se devem tentar reverter a decisão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou se realizam convenção para escolha de novo nome.

09 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Vereadores em silêncio

Os vereadores de São Jerônimo da Serra (Norte Pioneiro) José Jacir Sampaio (PSD), Isaque Pereira Martins (PPS) e Amarildo Bueno (PR), embora tivessem manifestado informalmente o interesse em colaborar com as investigações, ficaram em silêncio durante depoimento ontem na sede do Ministério Público (MP) em Londrina. Eles foram presos temporariamente na quarta-feira, durante a Operação Sucupira, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que apura suposto desvio de recursos públicos.

Afastamento de servidora

A servidora municipal de São Jerônimo da Serra Aline Moreira, que também estava presa em Londrina, foi liberada ontem, depois de prestar depoimento no MP. Segundo o promotor de Justiça Jorge Fernando Barreto da Costa, “ela trouxe informações importantes para as investigações e pedimos a revogação da prisão dela e o afastamento da função na prefeitura”. O pedido foi deferido pela Justiça. Além dela, outro empresário também foi liberado ontem. Portanto, 11 pessoas permanecem detidas.

Participação do prefeito

São estimados cerca de 80 depoimentos ao longo da investigação sobre supostos crimes contra o patrimônio público praticados no município. Ontem foram ouvidas 13 pessoas em São Jerônimo da Serra, entre suspeitas e testemunhas. De acordo com o promotor Jorge Fernando Barreto da Costa, “muitas suspeitas do Ministério Público, em princípio, foram confirmadas”. “O prefeito (Adir dos Santos Leite, PSDB) seria uma das principais lideranças no esquema.” Adir chegou a ser preso por posse ilegal de arma, mas pagou fiança de R\$ 6 mil e foi solto. Conforme o MP, dois pedidos de prisão contra o tucano, por suposto envolvimento nas fraudes, foram negados pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

Exonerados

O advogado Maurício Carneiro protocolou ontem no TJ pedido de habeas corpus em favor de nove investigados, entre eles, os três vereadores e os dois filhos do prefeito de São Jerônimo da Serra, Adcarlos dos Santos Leite e Alisson dos Santos Leite. Adcarlos, segundo Carneiro, foi exonerado pelo pai do cargo de secretário de Administração. “Todos os comissionados foram exonerados e em relação aos efetivos o prefeito já pediu a abertura de sindicâncias”, disse o advogado.

'Prisões ilegais'

Maurício Carneiro sustenta que não houve os crimes narrados pelo MP na Prefeitura de São Jerônimo da Serra. “Se existe participação do prefeito em alguma irregularidade, conforme diz o Gaeco, as prisões são ilegais porque a competência para analisar e deferir pedidos de prisão é do Tribunal de Justiça (pelo foro privilegiado do chefe do Executivo).” Segundo o advogado, não há justificativa para as detenções. “São para pressionar as pessoas a falar o que (os promotores) querem.”

10 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA
CRIMINALIDADE

'Judiciário está deixando de cumprir seu papel'

Fábio Uchoa, uma das canetas mais temidas pelos criminosos cariocas, relata a angústia de, mesmo de toga, não conseguir fazer justiça

Lúcio Flávio Moura
Reportagem Local

Depois de 10 anos de Defensoria Pública e 20 anos de magistratura, Fábio Uchoa, juiz do Primeiro Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, uma das cortes criminais mais tensas do País, tem um diagnóstico polêmico sobre o quadro crônico de violência que se instalou na sociedade brasileira, classificada por ele como uma "guerra civil".

Para Uchoa, um linha dura que condenou célebres traficantes (entre os quais Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, assassino do jornalista da Rede Globo, Tim Lopes, e Márcio Amaro de Oliveira, o Marcinho VP), o combate à criminalidade depende em grande medida de uma interpretação diferente da Constituição. "Acabaram deturpando o instituto da presunção de inocência porque passou-se a interpretar a constituição federal literalmente, o que é um total disparate", afirma. Para ele, este dispositivo do ordenamento jurídico, ratificado por decisão do Supremo Tribunal Federal em 2009, explica a sensação de impunidade que assola o



Fábio Uchoa, juiz criminal

País. "Não precisamos mudar nem Código Penal nem Código Processual Penal, precisamos acabar com esta farra recursal", dispara. De acordo com o raciocínio de Uchoa, aguardar o chamado trânsito em julgado e impedir a antecipação da pena fez a justiça brasileira perder seu efeito intimidativo.

Confira abaixo as opiniões do magistrado carioca, ouvido com exclusividade pela FOLHA.

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

O principal obstáculo para se fazer justiça no Brasil é a interpretação que o Supremo Tribunal Federal deu a este dispositivo. Se passou a entender que ninguém poderia ser preso antes do trânsito em julgado e que não haveria mais antecipação de pena. Houve naturalmente uma euforia e acabaram deturpando o instituto na medida em que passou-se a interpretar a Constituição Federal literalmente, o que é um disparate. Primeiro que isso está no caminho contrário de todos os países civilizados e democratas do planeta.

CONTINUA

Depois que as próprias convenções internacionais, em especial na decantada Convenção Americana de Direitos Humanos, fala em presunção de inocência até prova em contrário, o que é completamente diferente de uma presunção de inocência até o trânsito julgado de uma sentença condenatória, principalmente quando se sabe que isso no Brasil demora de 10 ou 15 anos. Há uma dificuldade também para se decretar prisão preventiva. Com isso, a sensação da impunidade persiste.

NOS OUTROS PAÍSES

Todos os países democratas, civilizados, desenvolvidos têm a presunção da inocência em seu sistema jurídico mas nem por isso impede a decretação da prisão do réu. Nestes países, os juízes proferem uma sentença penal condenatória em primeira instância, o réu é recolhido imediatamente, caso ele já não esteja preso preventivamente. Isso aconteceu, por exemplo, com o jogador de futebol brasileiro Breno, na Alemanha, que tentou receber a indenização do seguro incendiando a própria casa e um tribunal do interior o recolheu imediatamente após a divulgação da sentença. Nos Estados Unidos, aquele diretor do Fundo Monetário Internacional (o francês Dominique Strauss-Kahn); acusado de cometer um estupro, foi preso. O mesmo ocorreu com o ex-presidente da França, Nicolas Sarkozy, detido para prestar depoimentos.

REVISÃO DA DECISÃO DE 2009

É preciso que haja uma conscientização dos operadores do Direito Criminal e que o Supremo Tribunal Federal tenha a sensibilidade de que estamos vivendo praticamente uma guerra civil e não tem nenhum sentido deixar marginais acusados de crimes perigosos, aguardar anos e anos o trânsito em julgado. O Brasil é campeão em posições de eternizar recursos. Ninguém restringe essa farra recursal que ocorre no Brasil. O Supremo precisava dar uma interpretação conforme a realidade que o país está vivendo e, pelo menos em crimes mais graves, entender que é possível a prisão preventiva logo ao ser prolatada a sentença, até porque o réu condenado à uma pena muito grande tem uma tendência a fugir. O poder público tem que tomar alguma providência porque o crime vem aumentando. E de forma desafiadora, com cada vez mais audácia e violência.

IMPUNIDADE

A pena vem perdendo progressivamente seu efeito intimidativo. Antigamente, você via o Código Penal e esta lá: tantos anos de reclusão. Havia duas opções: o condenado iria cumprir a metade da pena, se sair em livramento, ou então vai cumprir a pena toda. Hoje em dia não. O indivíduo é condenado, por exemplo, à 18 anos, uma pena difícil do juiz alcançar, aliás, por causa de algumas circunstâncias processuais, e três anos depois já galga o semiaberto, o que é uma afronta. E no regime semiaberto, ele tem direito a benefícios,

saídas extramuros, supostamente para trabalhar, porque todos arrumam uma declaração de emprego com facilidade e logo está em casa. E a mãe do réu, que passou três anos chorando na porta da cadeia porque o filho estava preso vai embora e, no caminho, encontra a mãe da vítima chorando pelo resto da vida no cemitério.

CADEIA E PENAS ALTERNATIVAS

Vejo com total parcimônia a aplicação destas medidas alternativas. Isso porque ela retira do condenado e das pessoas que o cercam, da sociedade de um modo geral, o efeito intimidativo e também o efeito punitivo que o próprio réu apenado precisa sentir, não apenas ressocialização, então o que precisa em boa hora é a efetividade da prisão e a efetividade da pena imposta e não a criação de cada vez mais mecanismos para desacreditar e decompor essa pena prevista e afixada na sentença. E por que tem esta avalanche de crimes? Porque a pena está perdendo o efeito intimidativo. O indivíduo sabe que pode dar um soco na cara da vítima que não vai acontecer nada, que ele vai pagar uma cesta básica e vai para casa. Qual o efeito intimidativo disso? Nenhum.

POUCOS PRESOS

Aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, nós temos mais de 120 mil crimes de roubo por ano. Crime cometido com violência ou grave ameaça, que num piscar de olhos pode se transformar num latrocínio, aquele que a vítima é espancada, é maltratada, é humilhada.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 10 AGO 2014

CONTINUAÇÃO

Temos 15 mil homicídios por ano. Ou seja, são 135 mil crimes graves em um ano! Sem falar em outros crimes, como lesão corporal grave, sequestro, tráfico de drogas, milícias que se organizam para praticar todos os tipos de crime. Ou seja, em todo o país, o número de crimes praticados em um ano supera – e muito – o número de presos. São muito poucos perto do que deveriam estar lá. Falam que temos 550 mil presos, o que realmente é um contingente muito alto. Agora, se considerarmos a quantidade de crimes que são praticados por ano, vamos verificar que este número é muito pequeno. Muito mais gente deveria estar presa.

JUSTIÇAMENTO

A pessoa comete um crime é presa pela polícia, às vezes é presa pelas pessoas na rua, e, no dia seguinte, ou na semana seguinte, aquele indivíduo, que muitas vezes praticou um crime grave, está solto como se nada tivesse acontecido porque está respondendo o processo em liberdade. Isso realmente causa uma indignação da sociedade, aliás com muita razão. Com a repetição, vai criando na consciência popular aquele sentimento de impunidade. Ai começam as pessoas a resolverem à sua própria moda, sem julgamento, sem nada. Isso está totalmente errado mas a explicação é que o judiciário está deixando de cumprir o seu papel que é buscar a paz social. Não se promove paz social pegando uma pessoa cometendo um crime de homicídio e colocando ele uma semana de-

pois na rua. Só porque se presume que ele é presumidamente inocente, que não tem maiores arcações para se manter uma prisão preventiva. Estou cansado de fazer julgamentos que vão até a madrugada, de réus perigosos, por vezes até soltos após decisão de um tribunal, e quando eles são condenados, por vezes a 40 anos, eles saem pela mesma porta que a vítima, que os jurados, que o juiz que fixou a pena, que o promotor que o acusou. Descem todos no mesmo elevador, cada um indo para suas casas, isso é uma afronta.

COMO DEVERIA SER

Precisava haver maior efetividade no cumprimento das penas. A pena do código penal precisava ser cumprida conforme o fixado na sentença ou pelo menos chegasse perto disso. Porque a pena não visa só a ressocialização, visa também a punição pelo mal cometido. Essa é a razão da justiça criminal, que retirou das mãos das vítimas e do povo o direito à justiça pelas próprias mãos e avocou para si esta função, que é a de evitar a baderna, a algazarra, a barbárie. Só que o Judiciário, com estes benefícios todos aos acusados, com esta parcimônia toda na hora de fixar penas, ele acaba deixando de prestar o papel para o qual foi criado. Há juízes que não estão adequadamente vocacionados para atuarem em uma vara criminal, onde o magistrado tem que ser mais frio para punir.

1 0 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Juíza dá 48 horas para Beto prestar contas de campanha

Para Justiça Eleitoral, gasto "zero"
informado na prestação de contas
não explica material já produzido no primeiro
mês de campanha

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - A Justiça Eleitoral determinou que, em no máximo 48 horas, o candidato à reeleição ao governo do Paraná, Beto Richa (PSDB), apresente os valores arrecadados e seus gastos no primeiro mês de campanha. Na primeira parcial de prestação de contas que os candidatos são obrigados a apresentar à Justiça Eleitoral, o tucano afirmou não ter recebido nenhuma doação e tampouco feito gastos eleitorais.

A Justiça Eleitoral divulgou os dados sobre a prestação de contas dos candidatos no último dia 6. Entre os demais candidatos ao governo do Estado, apenas Gleisi Hoffmann (PT) e Roberto Requião (PMDB) declararam arrecadação e despesa. Todos os outros cinco candidatos pertencem a partidos menores, que não fizeram coligação para a disputa: Bernardo Pilotto (Psol), Genísio Marinho (PRTB), Ogier Buchi (PRP), Rodrigo Tomazini (PSTU) e Tulio Bandeira (PTC).

Agora, a coordenação do candidato tucano tem até amanhã para atender a determinação da Justiça Eleitoral. A decisão é da juíza Renata Estorilho Baganha e atende a representação proposta pela coligação "Paraná Olhando pra Frente", encabeçada por Gleisi.

A coligação petista apresentou para a Justiça Eleitoral materiais do tucano, como adesivos, panfletos, além de fotos e notícias veiculadas na internet que mostram o governador inaugurando comitês e participando de eventos de campanha em diversas regiões do Estado. "Dessa forma, demonstrou a requerente que foram ao menos contratados, pelos representados, diversas despesas de campanha, as quais, em infração aos artigos supra mencionados, não foram apresentados nas contas parciais, ferindo a igualdade do pleito", escreveu a magistrada.

Coordenador jurídico da coligação petista, Luiz Fernando Pereira afirmou que "a prestação de contas parcial é realizada justamente para que os eleitores possam acompanhar os gastos e arrecadações dos candidatos; é uma questão de ser transparente na campanha".

Cristiano Hotz, coordenador jurídico da coligação "Todos pelo Paraná", de Beto Richa, informou à FOLHA que ainda não tinha sido notificado oficialmente e que só se manifestaria após acessar o conteúdo da decisão judicial.

10 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Punição mantida

Em acórdão publicado no mês de julho, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná manteve as punições impostas ao ex-prefeito de Foz do Iguaçu nas gestões 2005/2008 e 2009/2012, Paulo Mac Donald Ghisi (PDT), e a cinco empresas, em função de irregularidades verificadas na contratação do serviço de transporte coletivo. Os problemas foram apontados em ação civil pública, por ato de improbidade administrativa, ajuizada pela 6ª Promotoria de Justiça de Foz do Iguaçu.

Improbidade administrativa

No acórdão, o TJ confirmou o enquadramento por ato de improbidade administrativa e a condenação do ex-prefeito de Foz do Iguaçu ao pagamento de multa civil de R\$ 50 mil e a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três anos. Estabeleceu, ainda, que as cinco empresas deverão pagar o mesmo valor em multa civil. Além disso, três delas, que estavam em situação irregular no momento da prorrogação do contrato com o Município, ficam proibidas de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de três anos.

Prorrogação irregular de contrato

Segundo a promotoria de Justiça, os contratos com as empresas de transporte público da cidade venceriam em maio de 2008 e, para a prestação do serviço após esse prazo, o Município teria que abrir licitação. Mas o pedido do procedimento licitatório, feito pelo então prefeito à Câmara de Vereadores, foi realizado somente em abril de 2008, não restando tempo hábil para análise do Legislativo. Diante da situação, o prefeito decidiu prorrogar, de forma irregular, a vigência dos contratos com as empresas que já prestavam o serviço na cidade.

Controle e fiscalização dos TCs

Com a aprovação da Declaração de Fortaleza, foi encerrado, na última quarta-feira, o 4º Encontro Nacional dos Tribunais de Contas. O documento defende, entre outras medidas, a criação de um Conselho Nacional como órgão superior de controle e fiscalização dos Tribunais de Contas. Também propõe que os indicados para a composição dos TCs preencham os requisitos constitucionais e atendam às exigências da Lei da Ficha Limpa. Os conselheiros Nestor Baptista, Fernando Guimarães e Ivan Bonilha representaram o Tribunal de Contas do Paraná.

CLAUDIO HUMBERTO

Supremo ignora 'calote' na soltura de Genoino

O mensaleiro José Genoino pode ter sido beneficiado por eventual "cochilo" do Supremo Tribunal Federal, ao conceder-lhe a chamada "progressão de pena" e a soltura: o artigo 33 do Decreto-Lei 2.848/40 condiciona a concessão da progressão de regime, no caso de crimes contra a administração pública, à "devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais". Genoino nada devolveu.

Montanha de dinheiro

Laudos da Polícia Federal apontam que mais de R\$ 100 milhões foram sursurriados no mensalão, e até agora nenhum centavo foi cobrado.

Fogo amigo

O parágrafo da Lei não existia até novembro de 2003, quando foi sancionado pelo então presidente Lula.

Dinheiro não falta

Além da condenação por corrupção ativa, Genoino foi multado em R\$ 667,5 mil. Fez uma vaquinha e, sem dificuldade, pagou à vista.

Pobre cardiopata

Genoino passou ao menos por cinco juntas médicas. Todas concluíram que a cardiopatia não o impedia de cumprir pena na Papuda.

MILITÃO

Terreno vale R\$ 5 bilhões

Os herdeiros da Família Guinle continuam tentando na Justiça reaver o terreno (ou o pagamento em dinheiro) do terreno onde está localizado o Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos. Segundos os advogados dos Guinle (ex-donos do Hotel Copacabana Palace), o terreno foi dado para a construção de um aeroporto para uso militar e não civil. O terreno está avaliado em 5 bilhões de reais. Foi doado em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial.

11 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Advogados, com muito orgulho!

Artur Piancastelli

Em 11 de agosto de 1827, surgiram os dois primeiros cursos de Direito no Brasil, em Olinda e em São Paulo. Com o passar dos anos, tal data passou a ser considerada o Dia do Advogado, comemorada por uma das categorias profissionais mais numerosas do País, hoje com 800 mil inscritos.

A advocacia e seus membros – verdadeiros artesãos do Direito – têm muito do que se orgulhar. Carregamos em nosso dia a dia não somente a confiança, mas também a esperança dos cidadãos. Nossa profissão é sinônimo de liberdade e de luta, pois “o Direito é a alternativa que o mundo civilizado concebeu contra a força bruta e contra o autoritarismo”, ensinou-nos Ihering. A profissão deve ser muito valorizada ainda por-

que, como afirma Gandra, “assim como aquele que está acometido de qualquer moléstia procura por um especialista na proteção da sua saúde, o indivíduo que se vê atingido por uma injustiça deve ser atendido pelo único estudioso capaz de prescrever o tratamento correto para o seu mal, o advogado”. Somos aqueles que levam ao Poder Judiciário as injustiças e as arbitrariedades; somos os que lutam para que se concretizem os direitos assegurados às pessoas e a Justiça seja alcançada. Vivemos um cotidiano de batalhas

travadas nas mais diversas trincheiras, nos corredores dos fóruns, nas tribunas, nas delegacias, nas salas de audiências, desempenhando função social da mais alta relevância.

Decorrente disso, a OAB desfruta de imenso prestígio em nosso meio. Pesquisa do Datafolha divulgada em julho mostrou a Ordem em primeiro lugar entre as instituições brasileiras no quesito confiança. Nada menos que 72% dos entrevistados que afirmam conhecer bem a entidade confiam nela. Índice superior ao de outras respeitáveis instituições brasileiras, como as Forças Armadas, Polícia Federal, Igreja, Poder Judiciário e Ministério Público. Trata-se de justo reconhecimento do povo brasileiro a esta Ordem, tão atuante nos momentos mais delicados da história do País e não apenas mais um ente corporativo. Fruto de anos de luta pelas liberda-

des públicas e pela democracia, que guindaram a OAB ao elevado patamar de maior e mais importante entidade civil da sociedade brasileira. E nós, advogados, somos os responsáveis diretos por tal conquista e pela preservação dela. Lembro-me com orgulho da fala do então arcebispo de Londrina, dom Albano Cavalin, ao cerrarmos fileiras junto a várias entidades combatendo a corrupção em Londrina: “OAB é uma sigla que para mim significa Ordem que Ama o Brasil!”.

Onze de agosto é então uma data de júbilo e de recordarmos gigantes como Sobral Pinto, ardoroso defensor das liberdades individuais e dos direitos humanos; Evandro Lins e Silva, afastado do STF pelo AI-6 porque em pleno regime ditatorial aplicava a lei com altivez e destemor, anulando na Suprema Corte as prisões ilegais; Raymundo Faoro, ex-presidente da OAB que liderou

uma cruzada pelo restabelecimento do habeas-corpus, nosso remédio heroico, absurdamente ceifado pelo nefasto AI-5. Homens que engrandeceram a advocacia e entraram para a história por deixarem uma obra, um verdadeiro legado, inspirando-nos a cada momento e servindo de exemplo para as próximas gerações.

Onze de agosto é também momento de reforçar nossa campanha por honorários dignos, pois para haver equilíbrio das partes e demais atores na relação processual é imprescindível a defesa

técnica de qualidade, remunerada a contento. Essencial ainda será manter a intensa mobilização pelo respeito às nossas prerrogativas profissionais, com as quais não transigimos porque não são elas dos advogados, mas garantias ao cidadão em prestígio à ampla defesa assegurada pela Carta Magna. Nesse particular, a OAB não mede esforços e disponibiliza linha direta 0800 para receber denúncias de violações, mantém plantão 24hs por dia da atuante Comissão de Prerrogativas, nossos abnegados colegas que são os advogados dos advogados. Enfim, comemoremos muito esta data e sigamos adiante, cientes da destacada missão que temos, a de contribuir para o aperfeiçoamento desta Nação.

ARTUR PIANCASTELLI é presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Londrina

66

*Essencial ainda
será manter a
intensa mobilização
pelo respeito
às nossas
prerrogativas
profissionais*

FOLHA DE LONDRINA

Youssef 11 AGO 2014

e a delação premiada

Asociedade brasileira não pode admitir que o doleiro Alberto Youssef seja novamente beneficiado por um acordo de delação premiada com a Justiça brasileira. Preso desde 17 de março em Curitiba durante a Operação Lava Jato, ele é acusado de comandar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou cerca de R\$ 10 bilhões. Youssef é réu em 12 processos e, se condenado, pode pegar mais de cem anos de prisão.

Segundo o jornal Folha de S.Paulo, o doleiro teria enviado sinais ao Ministério Público e à Justiça de que quer fazer um acordo. A lei brasileira prevê redução de pena para colaboradores. No entanto, importante lembrar que em 2007 ele foi beneficiado pelo programa, mas não cumpriu a promessa de que não voltaria a atuar no mercado de dólar. Na ocasião, segundo avaliação da Polícia Federal, o doleiro entregou clientes menos importantes e preservou os grandes.

Desde que a Operação Lava Jato foi deflagrada, quase que diariamente surgem notícias que acrescentam novos fatos ao grandioso esquema. Deputados, senadores, diretores das principais estatais e de ministérios, a influência do doleiro parece não ter limites. No entanto, cabe a ressalva de que Youssef não agia sozinho e, por isso, é importante que todos os envolvidos sejam responsabilizados e que respondam por seus atos.

A corrupção é uma das práticas mais perversas da política brasileira e que precisa ser banida. É por causa do desvio de dinheiro público que a infraestrutura do País é extremamente deficitária, que a saúde e a educação continuam com baixa qualidade e que grandes estatais – como a Petrobras – registram prejuízo em balanços contábeis. É hora de a sociedade exigir mais transparência aos processos e garantir que as leis sejam cumpridas. O País não pode continuar à mercê de políticos inescrupulosos que não têm qualquer pudor em desviar recursos públicos.

09 AGO 2014

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO TARRAFA

Com a prisão decretada, dois advogados estão soltos

Felippe Anibal

Dois advogados acusados de envolvimento em um esquema milionário, que teria lesado centenas de pescadores do Litoral do Paraná, permanecem soltos. A pedido da 1.^a Promotoria de Justiça de Paranaguá, eles tiveram a prisão temporária decretada pela Justiça, mas não foram encontrados. Quatro suspeitos de comandar a quadrilha continuam presos preventivamente, entre eles, um juiz aposentado, outro advogado e um escrivão.

Nesta semana, outras sete pessoas foram presas temporariamente, prestaram depoimento aos promotores e, em seguida, foram colocadas em liberdade. Na segunda-feira, dois suspeitos que também tiveram a prisão temporária decretada devem se apresentar à Promotoria. A investigação deve ser concluída na próxima semana, com o Ministério Público oferecendo denúncias à Justiça.

Mencionado na investigação, o vereador de Guaraqueçaba, Paulo Afonso Teodoro Dias, negou, em entrevista à *Gazeta do Povo*, participação no esquema. Segundo as apurações, ele — que também era presidente da Associação de Moradores da Ilha das Peças — teria atuado para convencer pescadores a assinarem procurações, para que advogados do grupo investigado entrassem com ações indenizatórias contra a Petrobras.

Testemunhas ouvidas pelo Ministério Público reve-

laram que Dias recebia entre R\$ 8 e R\$ 9 por procuração assinada. “Eu estou tranquilo. Não devo nada, nunca passaram nada para mim, nunca recebi nada”, assegurou o vereador.

Reuniões

Apesar disso, Dias assume que chegou a intermediar reuniões de advogados com os pescadores de quatro localidades do Litoral do Paraná. Os encontros teriam sido realizados a pedido de Arival Tramontin Ferreira Júnior, apontado pela Promotoria como um dos “cabeças” do núcleo investigado. Dias explica que promoveu as reuniões para ajudar os pescadores que tinham dificuldades em saber como andavam os processos. “Muita gente começou a perder audiências, porque não tinha comunicação. Como eu tinha uma central de rádio, eu passava as informações”, disse. “Aí, veio o seu [Arival] Júnior aqui e eu convidei o pessoal [para as reuniões]”, completou.

Alguns encontros chegaram a ser realizados no restaurante da família de Dias. “Hoje, eu me sinto injustiçado. Eu quis ajudar”, afirmou. “Eu não tinha conhecimento do que os advogados estavam fazendo”, disse.

Dias nega que, após a operação da Promotoria, tenha sumido da cidade. Ele disse que desde o dia 3 de agosto estava em Iguape, no litoral paulista, participando da festa do Bom Jesus, de quem é devoto. O vereador garantiu que vai se apresentar voluntariamente ao Ministério Público para prestar esclarecimentos.

“Eu estou tranquilo. Não devo nada, nunca passaram nada para mim, nunca recebi nada.”

Paulo Afonso Teodoro Dias, vereador mencionado nas investigações.

09 AGO 2014

GAZETA DO POVO COLUNA DO LEITOR

Tribunal de Justiça

Firme e assertiva a decisão do CNJ em manter o afastamento do desembargador Clayton Camargo de suas funções como magistrado. Apesar de o processo administrativo disciplinar ter sido prorrogado e Camargo continuar a receber os proventos na sua integralidade, o CNJ parte do pressuposto de que as ações que tramitam contra o desembargador são sérias. Ao que tudo parece, o sinal de bom direito tem prevalecido no CNJ ao decidir pela continuidade do afastamento.

Marcelo Rebinski, historiador

09 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Lei mais rigorosa não impede candidatos de prestar contas zeradas

Dos 16 candidatos majoritários do Paraná, apenas cinco declararam ter recebido doações e feito despesas. Situação se repete entre os partidos

*Euclides Lucas Garcia e
Paulo Gaivez da Silva,
especial para a Gazeta do Povo*

Apesar de a legislação eleitoral ter ficado mais rigorosa nessas eleições, a prática de não divulgar os doadores e gastos de campanha, comum nas prestações de contas parciais em anos anteriores, permanece. No Paraná, dos 16 candidatos majoritários — governo e Senado — apenas cinco apresentaram as primeiras informações ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contendo doações e despesas. Nenhum candidato a vice ou suplente de senador divulgou esses dados. Além disso, entre os 32 partidos políticos no estado, apenas cinco divulgaram as doações recebidas, todas de valores baixos.

Entre os candidatos ao governo, Gleisi Hoffmann (PT) e Roberto Requião (PMDB) informaram ter movimentado recursos financeiros até agora. O governador Beto Richa (PSDB),

por outro lado, declarou não ter recebido nenhuma doação e tampouco feito gastos eleitorais. Entre os concorrentes ao Senado, Ricardo Gomyde (PCdoB), Marcelo Almeida (PMDB) e Alvaro Dias (PSDB) também apresentaram informações à Justiça Eleitoral. Juntos, todos eles arrecadaram R\$ 4 milhões e gastaram R\$ 2,4 milhões.

A prática se repetiu entre os partidos políticos. Das 32 legendas, somente PP, PTN, PCdoB, PT e PRB declararam ter recebido contribuições eleitorais — R\$ 635,1 mil no total. As outras 27 siglas apresentaram zerada a primeira parcial das contas da campanha.

Legislação

De acordo com o artigo 36 da Resolução 23.406, que regulamenta o tema, informar ao TSE contas parciais que não correspondam “à efetiva movimentação de recursos ocorrida até a data da sua entrega”, caracteriza “infração grave”. Apesar disso, a maioria dos candidatos informou inexistir arrecadação e despesas no primeiro mês de campanha. Mesmo já tendo montado sua equipe, lançado site e um espaço em Curitiba chamado de “Tenda Digital” para divulgar informações online, por exemplo, Richa foi um dos que apresentou zerada a primeira parcial.

Apesar da tentativa da Justiça de tornar as informações mais claras, o advogado Alessandro Balbi Abreu, especialista em Direito Eleitoral e procurador-geral do município de Florianópolis, lembra que “a rejeição das contas não causa inelegibilidade”. Já a não apresentação das contas finais pode impedir que o candidato eleito assumira o cargo e que o partido receba os recursos do fundo partidário. Por isso, é preferível apresentar dados inconsistentes a evitar apresentá-los.

Balbi Abreu ressalta ainda que, no início da campanha, é difícil prever quem será eleito. Por isso, os doadores pressionam os partidos a não informar a origem das doações. “[Os doadores] querem aparecer o menos possível”, conclui. A retificação da primeira prestação de contas parcial poderá ser realizada até 27 de agosto, um dia antes do início do prazo fixado para a segunda parcial.

CONTINUA

09 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"[Os doadores] querem aparecer o menos possível."

Alessandro Balbi Abreu, advogado especialista em Direito Eleitoral e procurador-geral do município de Florianópolis.

O QUE DIZEM AS SÍGLAS

Presidentes de alguns dos partidos que informaram não ter apresentado receitas nem despesas afirmaram que isso se deve ao fato de a campanha ainda estar muito no início. "Por causa da Copa, a campanha está indo para a rua agora. E a primeira parcial caiu bem no período das primeiras arrecadações e primeiros gastos. Os dados vão vir de forma consistente na segunda parcial", disse o deputado federal Fernando Francischini (SDD). A mesma justificativa foi usada por Severino Araújo, do PSB. Segundo ele, a primeira despesa só será paga hoje com a finalização da arte dos candidatos do partido. "A campanha ainda não está na rua. O material vai começar a sair justamente depois da primeira parcial", argumentou o deputado federal Alex Canziani (PTB).

R\$ 4 MILHÕES

é o valor arrecadado pelos candidatos ao governo do estado e ao Senado no Paraná neste quase um mês de campanha. Os gastos foram de R\$ 2,4 milhões.

CADE O DINHEIRO?

Veja os poucos candidatos majoritários e partidos políticos no Paraná que declararam ter recebido doações de campanha até agora.

Quantias recebidas pelos candidatos ao governo do estado

Gleisi Hoffmann (PT) R\$ 2,6 milhões
Roberto Requião (PMDB) R\$ 305 mil

Candidatos ao Senado

Marcelo Almeida (PMDB) R\$ 927,5 mil
Alvaro Dias (PSDB) R\$ 73 mil
Ricardo Gomyde (PCdoB) R\$ 54,2 mil

Partidos no estado

PP	R\$ 200 mil
PTN	R\$ 200 mil
PCdoB	R\$ 100,1 mil
PT	R\$ 100 mil
PRB	R\$ 35 mil

Fonte: TSE

GAZETA DO POVO

» TRIBUNAL

Candidato ao governo pelo PRTB é barrado pela Justiça

Katna Baran

09 AGO 2014

Conforme consulta no sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), até a noite de ontem, cinco dos oito postulantes ao governo do Paraná tiveram os registros de candidatura deferidos. Geonísio Marinho (PRTB) foi barrado pela Justiça, pois a candidatura do seu vice apresentou problemas, mas o partido ainda pode apresentar recurso sobre a decisão ou sugerir outro nome para o cargo. Os demais ainda não tiveram os registros analisados pela Justiça.

O candidato ao governo Ogier Buchi (PRP) foi o único que teve modificações na chapa, até então. O vice de Buchi, o odontologista Valfredo Dzazio, renunciou à candidatura e foi substituído pelo advogado Elson de Almeida Ribas.

A Justiça ainda deve analisar sete registros entre os oito candidatos ao Senado pelo Paraná e seus 16 suplentes. Até o momento, nenhum dos concorrentes teve a candidatura barrada.

Já entre os 337 candidatos à Câmara Federal, 238 tiveram os registros deferidos pela Justiça e 43 foram considerados inaptos ou renunciaram — ainda faltam julgar 56 registros.

No caso dos 841 postulantes a uma cadeira na Assembleia Legislativa, 659 foram julgados aptos a disputar as eleições de outubro e 74 desistiram ou foram barrados pela Justiça — 108 candidatos aguardam julgamento.

BALANÇO

As decisões da Justiça Eleitoral sobre as candidaturas que estavam em xeque:

DEPUTADOS ESTADUAIS

Registros deferidos

Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Luís Corti (PSC)

Elcio Jaime (PSC)

Hussein Bakri (PSC)

André Pioli (PT)

Marcio Costa (PRP)

Professor Galdino (PSDB)

Tuca Casagrande (PSC)

Bernardo Ribas Carli (PSDB)

Altamir Sanson (PSC)

Maurício Rivabem (PTN)

Registro indeferido

Dr. Rochinha (Psol)

Renunciaram

Almir Batista (PTB)

Jose Augusto Felipe (PSD)

Aguardam julgamento

Dr. Alecsandro de Andrade (PT)

Bispo Costa (PDT)

Oscar Moreira (PTN)

Sandro Willian Batista de Souza (PTN)

DEPUTADOS FEDERAIS

Registros deferidos

Fernando Vicentine (PSD)

Gastão Schefer (PR)

Enio Verri (PT)

Registro indeferido

Sônia Sapata (PV)

Aguardam julgamento

Jose Baka Filho (PDT)

Nelsão da Força (SDD)

GOVERNO

Registro deferido

Gleisi Hoffmann (PT)

SUPLENTE DE SENADOR

Renunciou

Celso Luiz Soares Rocha (PRP)

GAZETA DO POVO

TRE suspende serviços da Tenda Digital do PSDB

Luan Galani

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) determinou ontem que a coligação Todos pelo Paraná, liderada pelo governador Beto Richa (PSDB), se abstenha de divulgar e disponibilizar acesso à internet para visitantes da chamada Tenda Digital. A decisão proferida pelo juiz Guido Döbeli confirma a liminar concedida na semana passada. Se desrespeitada a determinação, a multa será de R\$ 50 mil.

A Tenda funciona como uma espécie de quartel general de mídias sociais da coligação. Localizada na sede do PSDB na capital paranaense, no bairro Alto da XV, a Tenda é formada por uma equipe de militantes responsável pela organização, atualização e monitoramento das diversas redes sociais, como, por exemplo, Facebook, Twitter, WhatsApp, entre outras.

A decisão atende ao pedido da Coligação Paraná Olhando Para Frente, da senadora Gleisi Hoffmann (PT), que alega que a distribuição de internet gratuita a visitantes consiste em propaganda eleitoral irregular, já que trataria de distribuição de brindes.

09 AGO 2014

Outro lado

Segundo assessoria jurídica do governador, a Tenda Digital é composta apenas por voluntários que trabalham para a campanha da coligação Todos pelo Paraná, e sempre esteve fechada ao público externo, sem oferecer acesso gratuito à internet. Portanto, o espaço ainda funciona, mas apenas para uso interno do comitê.

NOTAS POLÍTICAS

Sem greve 1

Os servidores do Poder Judiciário Federal e do Ministério Público da União (MPU) no Paraná decidiram, por enquanto, não aderir à greve nacional mobilizada pela categoria. Na quinta-feira, funcionários dos dois órgãos entraram em greve por tempo indeterminado. Os trabalhadores procuraram representantes do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Presidência da República para negociar um reajuste de salário, com base na reposição inflacionária.

Sem greve 2

O Sindicato dos Servidores do MPU no Paraná (Sinasempu) informou que a diretoria da entidade deve se reunir nos próximos dias para avaliar a situação dos trabalhadores e decidir se convocam assembleia para deliberar sobre a paralisação. Já o Sindicato dos Servidores da Justiça Federal e Eleitoral do Paraná (Sinjuspar) disse que não há programação de greve pelos funcionários da área no estado, mas que não descartam uma possível mobilização para 14 de agosto.

Ficha limpa no TC

Representantes dos Tribunais de Contas de todo o país querem que os indicados para a composição das cortes preencham os requisitos constitucionais e atendam às exigências da Lei da Ficha Limpa. A Declaração de Fortaleza, aprovada na quarta-feira durante o 4.º Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, também defende a criação de um Conselho Nacional como órgão superior de controle e fiscalização. Os conselheiros Nestor Baptista, Fernando Guimarães e Ivan Bonilha apresentaram o Tribunal de Contas do Paraná.

09 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Justiça adia audiência que permite saída de Genoíno da prisão

■ O advogado de José Genoíno, Cláudio Alencar, protestou contra a decisão de deixar para a semana que vem a audiência que irá oficializar a progressão de pena do ex-deputado do regime semiaberto para aberto. A audiência estava marcada para ontem.

O juiz da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal Germano Oliveira de Holanda agendou para a próxima terça-feira a audiência que irá oficializar a progressão de pena de Genoíno, condenado no processo do mensalão. “Ainda não joguei a toalha”, afirmou o advogado.

Cláudio Alencar argumentou que a situação de seu cliente precisa ser analisada com rapidez. Na quinta-feira, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a progressão de pena para o regime aberto por entender que Genoíno cumpriu um sexto da pena de quatro anos e oito meses.

Mas mesmo tendo autorização para progredir do regime semiaberto para o aberto, o ex-deputado federal segue cumprindo pena no Complexo da Papuda (DF) e pode continuar preso até a próxima semana.

Segundo o advogado do ex-parlamentar, o juiz ainda não conhece o caso e, por isso, agendou a audiência para o dia no qual normalmente esses processos são avaliados. Alencar encaminhou um pedido ao magistrado para que a sessão no Fórum seja antecipada.

O advogado também argumentou que Genoíno poderia ter se beneficiado com o indulto do Dia dos Pais, conhecido como “saidão”, mas preferiu não entrar com a solicitação.

“Todos os presos que têm um sexto da pena e bom comportamento pediram liberação para o Dia dos Pais. Nós não pedimos, contando que ele seria liberado hoje [ontem]”, disse. A audiência no Fórum é necessária para que, antes de ser liberado, o apenado assine um termo de compromisso que estabelece as regras de cumprimento do novo regime.

10 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Prisões são comemoradas com fogos

Há 13 anos esperando indenizações, pescadores festejam a prisão dos oito acusados de montar um grupo para desviar o dinheiro

Oswaldo Eustáquio,
Mauri König e Felipe Anibal

Pescadores do Litoral do Paraná receberam com risos e fogos de artifícios a notícia da prisão, na terça-feira, de oito acusados de desviar o dinheiro das indenizações de vítimas de acidentes causados pela Petrobras. Entre os presos estão um juiz e um dono de cartório que teriam montado um núcleo de fraudes na 1.ª Vara Cível de Paranaguá para lesar os pescadores e a Petrobras. As ações se referem a dois desastres ambientais que em 2001 deixaram seis mil pescadores, catadores de caranguejo e marisqueiros sem trabalhar durante oito meses.

Na terça-feira, o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) cumpriu oito dos 16 mandados de prisão concedidos pela Justiça a pedido da 1.ª Promotoria de Justiça de Paranaguá.

“Estamos trabalhando muito. Sábado, domingo, fazendo verdadeiros mutirões para que a Justiça chegue o mais rápido possível aos pescadores.”

Mércia do Nascimento Franchi, juíza da 2ª Vara Cível de Paranaguá.

Foi uma festa no litoral. “Conseguimos dar um grito que estava preso na garganta há 13 anos. Nem quando era criança eu soltava foguete, mas quando vi a justiça sendo feita fui a uma loja e comprei uma caixa pra soltar com a minha comunidade, que está de alma lavada”, disse Eduardo Polanski, um dos líderes dos pescadores da Ilha dos Valadares.

O drama de uma década dos pescadores começou a se tornar pública em abril, quando a Gazeta do Povo passou a publicar uma série de reportagens revelando o caso de 18 pescadores que tiveram o dinheiro de suas indenizações sacado do banco pelo escritório da advogada Cristiane Uliana, sem o conhecimento dos clientes. O fato desencadeou a investigação do Ministério Público do Paraná que resultou nas prisões e, até o momento, identificou 181 pescadores que tiveram suas indenizações desviadas.

Ilhas da alegria

Na sexta-feira, a reportagem percorreu as ilhas de Superagui, Medeiros, Almeida, Amparo, São Miguel e Prainha Ponta de Ubá. “Estamos respirando um ar de justiça, estamos mais leves e agora conse-

guimos acreditar que em breve vamos receber o que nos é de direito. Nesse tempo de incerteza, não tiraram de nós somente o dinheiro, mas roubaram parte da nossa dignidade que agora foi recuperada”, disse Maria Inês Miranda da Graça, da ilha de Superagui.

Na comunidade de São Miguel, a alegria era tanta que os pescadores se reuniram em frente do trapiche e riam de si próprios contando piadas de pescador, contagiados pelo senso de humor do pescador Jaime do Rosário, o Jamico. No bairro de maior concentração de pescadores de Paranaguá, o Beira Rio, o pescador Romildo Alves disse que agora os pescadores esperam receber o dinheiro do “peixe morto”. “Esse dinheiro vai mudar a vida de muita gente, que vai poder reformar o barco, reformar a casa e comprar um presente bom para os filhos”, disse.

Para a Associação Caiçara de Desenvolvimento do Litoral, as comunidades tradicionais de pescadores artesanais podem finalmente comemorar a conquista depois de aguardar por mais de uma década os valores indenizatórios a que tinham direito. A associação acredita que, se perguntado a qualquer pescador do litoral se ele preferia receber indenizações ou ter o mar restaurado, em 100% dos casos se teria a escolha de um meio ambiente sadio, equilibrado e com vida abundante.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Paranaguá tem mudanças nas duas varas cíveis

As duas varas cíveis de Paranaguá, responsáveis pelas ações de indenização dos pescadores, passam por mudanças após as suspeitas de fraude.

O escrivão da 1.ª Vara Cível, Ciro Antônio Taques, está preso acusado de ser o mentor intelectual do grupo que teria se formado em Paranaguá para lesar os pescadores e proibido por uma liminar da Justiça de entrar no cartório.

Já a 2.ª Vara Cível, local em que alguns processos dos pescadores eram retiradas em carga e não eram devolvidos há mais de três anos, conforme apuração feita pela reportagem, foi estatizado e está fechado há um mês.

Sem acesso

Dessa forma, os pescadores encontram dificuldades para ter acesso a informações dos processos. O fato de a advogada Cristiane Uliana ser investigada pelo Ministério Público traz mais incertezas aos pescadores.

A juíza Mércia do Nascimento Franchi informa que nos próximos dias o cartório da 2.ª Vara deve reabrir com todos os processos organizados por fases, o que vai facilitar as buscas.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná, Juliano Breda, acrescenta que os pescadores que tiverem dúvidas sobre a atuação de seus advogados podem procurar a instituição.

“Eles terão total apoio e atendimento da OAB para que eles tenham seus direitos inteiramente resguardados.”

Grupo quer afastar presidente da Colônia

Desde a notícia da prisão do presidente da Colônia de Pesca ZI de Paranaguá, Edmir Manoel Ferreira, um grupo já recolheu 800 assinaturas para pedir ao Ministério Público o afastamento dele da diretoria da Colônia e da Federação dos Pescadores, até a conclusão das investigações. O pedido deve ser protocolado no MP na quinta-feira. Edmir teve a prisão temporária revogada na sexta, após prestar depoimento. Para ele, não há justificativa legal para o pedido e irá cumprir o mandato até o fim.

“Estamos tristes porque um dos nossos, que nos representa há 32 anos, nos traiu. Agora, é preciso formar uma nova liderança, sem vícios, para resgatar a dignidade da Colônia”, disse o pescador Gabriel Gonçalves do Rosário, um dos organizadores do manifesto.

Na Ilha das Peças, pescadores ameaçam apedrejar a casa do vereador Paulo Afonso Teodoro Dias, que segundo a 1.ª Promotoria de Justiça de Paranaguá teria recebido entre R\$ 8 a R\$ 9 para captar procurações de pescadores para a organização que teria lesado os pescadores. Os líderes da Associação dos Moradores da Ilha das Peças estão preocupados com a segurança do vereador. A reportagem tentou ligar no restaurante da família dele, mas não conseguiu contato.

CICATRIZES

O diretor da Secretaria Municipal da Pesca de Guaqueçaba, José Felipe da Silva Neto, conhecido como Zé Neto, disse que a Justiça tardou, mas chegou. “Muita gente morreu sem ver esse dinheiro. Algumas feridas fecharam, mas vão deixar cicatrizes para sempre”, lamentou.

“Algumas meninas, filhas de Guaqueçaba que tiveram que se prostituir para trazer comida para dentro de casa na época que ficamos oito meses sem pescar, hoje pagam caro por isso. Perderam o brilho dos olhos. Precisam tomar o coquetel de remédios do HIV, doença que pegaram naquele período que queremos apagar de nossas memórias”, disse o secretário.

Para Zé Neto, mesmo com essas cicatrizes hoje é um dia de festa para os pescadores. Para comemorar, pegou sua sanfona e tocou uma música de própria autoria em homenagem a Guaqueçaba.

10 AGO 2014

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

TRE-PR vai fazer concurso para técnico e analista

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) realizará concurso público ainda em 2014 para os cargos de técnico e analista judiciário. De acordo com informações obtidas junto ao setor de recursos humanos do órgão, as áreas de atuação e o número de vagas ainda serão definidos e a previsão é de que a publicação do edital ocorra a partir de outubro, após o primeiro turno das eleições. Para concorrer a técnico é necessário possuir apenas ensino médio e para analistas, nível superior. As remunerações iniciais são de R\$ 4.947,95 para técnicos e R\$ 8.118,19 para analistas. O último concurso para técnicos e analistas ocorreu em 2011.

NOTA POLÍTICA



Clayton Camargo

O desembargador Clayton Camargo foi mantido afastado do cargo pelo Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade.

GASPARI

Barbosa no Twitter

Joaquim Barbosa saiu do Supremo Tribunal mas foi para o Twitter. Tem 26 mil seguidores e já deu os primeiros tiros, prometendo continuar.

BESSA

Massa falida na gondola

Alvo de disputa judicial pelos herdeiros, o imóvel do antigo Supermercado das Bandeiras, na Avenida Batel, vai a leilão em breve. A fachada do prédio desocupado há anos ganhou uma enorme placa nesta semana anunciando o leilão da massa falida da empresa Lembrasul Supermercados Ltda. A placa informa que o terreno possui 785,35 m² e 484,89 de área construída.

Comendador Dotti

O advogado e professor René Dotti receberá nesta segunda-feira, Dia do Advogado, a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Comendador. A solenidade será realizada às 17 horas, na área externa do Bloco B do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. Dotti foi indicado para receber a homenagem pelo ministro Fernando Eizo Ono. Entre os demais contemplados com a Comenda do TST está o médico Drauzio Varella.



Como instituições, serão agraciadas a CNBB e a ONG Movimento Humanos Direitos (MHuD).

11 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Defendida por prefeitos, lei que limita poder do TC “beneficiária” o governo

Projeto para restringir a fiscalização do Tribunal de Contas não fica limitado aos municípios

Amanda Audi

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), decide hoje se colocará em tramitação o projeto que altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná (TC). A proposta é polêmica porque enfraqueceria e imporia limites ao poder do TC — responsável por fiscalizar as contas do governo do estado, prefeituras e câmaras municipais. Embora o projeto seja defendido pelos prefeitos, que alegam que o TC exagera nas punições aos gestores das cidades, na prática o projeto também reduz os poderes de fiscalização sobre todos os demais órgãos estaduais e municipais, como o governo paranaense.

Dentre as mudanças que podem vir a ocorrer se o projeto for aprovado, está a proibição de o TC decretar a ilegalidade de legislações municipais e estaduais. Também estariam liberados gastos públicos desnecessários, desde que não sejam ilegais. Haveria ainda uma expressiva redução do valor das multas impostas aos maus gestores públicos: hoje o valor varia de 10% a 30% do dano causado aos cofres públicos; passaria a ser de apenas 5% (veja outras modificações na tabela ao lado).

O enfraquecimento do poder de fiscalização pode ocorrer principalmente porque o projeto estipula que as normas e procedimentos internos do TC perderiam validade, fazendo que com as ações do tribunal ficassem limitadas apenas ao que já está previsto em leis federais ou estaduais. O problema é que parte expressiva dos procedimentos de fiscalização usados pelo TC atualmente estão previstos apenas em resoluções do próprio tribunal, no regimento interno e nos chamados prejudgados (decisões já tomadas que norteiam o julga-

mento de casos posteriores semelhantes).

O professor de Direito Constitucional da UFPR Egon Bockmann lembra que o Tribunal de Contas da União (TCU) toma decisões baseado no regimento. Ele ainda comenta uma situação que pode vir a ocorrer no TC: para tomar determinada ação que não esteja prevista na lei, o tribunal teria que elaborar um projeto de lei, enviar para a Assembleia e então aguardar aprovação dos deputados e a sanção do governador. “A questão é que, dependendo do teor do regimento interno, pode complicar a vida daqueles que vão ser objeto de controle por parte do TC. Mas se há abusos no regimento, nada impede que se recorra ao Judiciário para questionar”, diz.

Para Rodrigo Kanayama, especialista em Direito Financeiro, a redação de alguns pontos do projeto é inadequada e abriria margem para interpretações. Ele aponta que a perda de validade dos prejudgados é temerária. “Qualquer alteração que tenda a reduzir a fiscalização não é adequada.”

CONTINUA

11 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"Abusos"

A Associação de Municípios do Paraná (AMP), principal articuladora do projeto de lei, argumenta que as mudanças serviriam para corrigir supostos "abusos" cometidos pelo TC na aplicação de sanções a cidades do estado. A ideia, de acordo com a AMP, seria garantir o "mesmo tratamento" no julgamento de contas de prefeituras e do governo estadual (que nunca teve as contas reprovadas), além de evitar que o tribunal aplicasse multas pesadas em casos de problemas técnicos nas prestações de contas, que não tenham sido cometidos por má-fé dos prefeitos. O projeto articulado pela AMP deve ser apresentado na Assembleia pelo deputado Ademir Bier (PMDB).

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

O QUE PODE MUDAR

GAZETA DO POVO

Veja os principais pontos do projeto de lei que impactariam o poder de fiscalização do Tribunal de Contas:

11 AGO 2014

	Como é	Como ficaria
Ação	O TC elabora e aprova seu regimento interno. A fiscalização ocorre com base na legislação, no regimento e em resoluções e normas próprias.	O regimento e as resoluções perderiam efeito externo. O tribunal, portanto, só poderia agir se houver alguma lei prevendo a ação. Uma das maiores implicações seria o fim das tomadas de contas extraordinárias — um dos procedimentos de investigação usados pelo TC, que apura vícios ou danos ao patrimônio público e é descrito no regimento interno. A resolução que dita as regras para municípios receberem verba pública por convênios, por exemplo, também perderia validade.
Valor das multas	Quando encontra irregularidades, o TC aplica multas que variam de 10% a 30% do dano.	A multa não poderá ultrapassar 5% do valor do dano.
Responsabilidade	A pessoa que ordenou as despesas irregulares e o responsável por guardar os bens arcam com o prejuízo.	A responsabilidade poderá ser, ou não, do ordenador da despesa. Na prática, a culpa poderia recair sobre técnicos e assim eximir o prefeito ou o governador.
Controladoria interna	Municípios devem ter sistema de controle interno exercido por funcionários de carreira.	O controlador interno ocuparia cargo de provimento em comissão, podendo ser servidor efetivo ou não. A nomeação do controlador nunca implicaria desaprovação das contas.
Prestação de contas	O TC pode criar ou alterar o sistema informatizado para prestação de contas.	Alterações no sistema não poderiam conflitar com a autonomia dos órgãos estaduais e municipais. Tampouco impactar na emissão de certidão liberatória (que permite o acesso a verbas públicas de transferências voluntárias).
Entendimento	Decisões tomadas pela maioria dos conselheiros do TC podem ter força normativa (ou seja, viram base para outros julgamentos relacionados ao mesmo tema). Isso é usado quando o tribunal julga várias situações parecidas ou quando um município faz uma consulta específica.	O TC poderia se pronunciar sobre os temas, mas o entendimento não viraria regra e nem poderia limitar a autonomia das partes. O consenso de que é irregular o excesso de cargos em comissão no Executivo, por exemplo, se perderia.
Leis “ilegais”	O tribunal age quando identifica leis ou atos ilegais em municípios ou no estado.	O TC não teria competência para declarar lei municipal ou estadual ilegal, cabendo apenas ao Judiciário.
Sanções	Multas podem ser aplicadas mesmo se não houver dano aos cofres públicos — no caso de atraso na prestação de contas, por exemplo.	As multas dependem unicamente de se constatar dano aos cofres públicos.
Cofres públicos	Dano aos cofres públicos é definido como qualquer ato que implique em despesa desnecessária, indevida ou acima da devida.	A definição passaria a compreender somente despesas ilegais. Isso tiraria da lista, por exemplo, o caso hipotético de uma prefeitura que banca festa de fim de ano aos seus funcionários. O gasto não é ilegal, mas pode ser entendido como desnecessário.

CONTINUA

11 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Tribunal investiga autores do projeto

Três pessoas envolvidas na elaboração do projeto de lei que limita os poderes do Tribunal de Contas estão sendo investigadas pelo TC. Luiz Sorvos, presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), é investigado por nomear a mulher, Ângela Silvana Zalpa, como controladora interna de Nova Olímpia, município em que ele é prefeito. Na última sexta-feira, o tribunal anunciou que também vai investigar Sorvos por licitações municipais vencidas por parentes dele. Um primo de Sorvos, dono de posto de gasolina, teria vencido licitação de R\$ 850 mil para fornecer combustíveis para a prefeitura. Um cunhado e uma tia dele teriam vencido processo para prestar serviços médicos. Por fim, Ângela teria assinado cheques da prefeitura no lugar do marido, o que é considerado irregular pelo TC.

Sorvos não nega as acusações, mas diz que foram motivadas por revanchismo. “Ela [Ângela] assinou [os cheques] no passado, quando o cargo não era incompatível. Ela esteve comigo durante meu mandato, teve época em que era minha procuradora, então assinava. Aliás, eu preciso de gente de confiança”, diz. “Tem mesmo minha prima lá, porque é médica. É difícil conseguir médico para ir lá. Ela está prestando serviço direito. O posto de gasolina participou de licitação. Tem preço, está prestando serviço: qual é

o problema? Me atacando talvez eles tirem o foco do projeto de lei. Mas é meu 4.º mandato e minhas contas sempre são aprovadas pelo TC.”

O assessor jurídico da AMP, Júlio Henrichs, tem empresas que prestam serviços jurídicos para 63 prefeituras. Os contratos somam R\$ 16,9 milhões, dos quais pouco mais de R\$ 9 milhões já teriam sido pagos, segundo o TC. E o consultor Marcos Eloi Kraft, que participou da elaboração do projeto de lei, tem contratos de assessoria com pelo menos 12 municípios, somando R\$ 3,6 milhões. A prestação desses serviços é considerada irregular segundo um prejulgado do TC — que perderia eficácia caso seja aprovada a lei.

Henrichs diz que os serviços são regulares e não se enquadraram no prejulgado por tratarem de questões complexas. Segundo ele, só um dos contratos foi reprovado pelo TC. A regularidade, diz Henrichs, já teria sido atestada pelo Tribunal de Justiça e pelo Ministério Público. Já Kraft nega ter qualquer tipo de interesse pessoal no projeto. “A minha participação na elaboração do projeto não tem nada a ver com a elaboração dos contratos. O prejulgado fala sobre empresas responsáveis pela contabilidade e representação na esfera judicial. Eu apenas assessoro a elaboração de orçamentos.” (AA)

OUTROLADO

Prefeitos dizem que só querem igualdade em relação ao estado

Em busca de um consenso, o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni, se encontra hoje com representantes do TC para discutir o projeto de lei. Ele irá apresentar um levantamento formulado pela Associação de Municípios do Paraná (AMP), que aponta que 145 dos 399 municípios do estado (36% do total) tiveram prestações de contas reprovadas pelo TC de setembro de 2013 até agora. As multas também teriam aumentado expressivamente nos últimos anos. Dados do TC atestam que a aplicação de sanções, somadas, passou de pouco mais de R\$ 50 mil em 2011 para mais de R\$ 600 mil só no 1º quadrimestre deste ano. De acordo com a AMP, os prefeitos não estariam conseguindo pagar as multas. Eles alegam ainda que a maioria das punições seria motivada por erros burocráticos, ou seja, que não geraram desvio de recursos. A justificativa do projeto diz que o TC não teria competência para criar leis e normas de procedimento administrativo. O presidente da AMP, Luiz Sorvos, garante que os prefeitos não querem limitar a atuação do TC, mas buscar igualdade. “A fiscalização não seria prejudicada de maneira nenhuma. Só entendemos que haverá critérios mais consistentes de se fiscalizar”, afirma. O projeto de lei foi formulado por um estudo jurídico de técnicos da AMP, de um consultor externo e de assessores jurídicos da própria Assembleia. (AA)

1 1 AGO 2014

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Imagem é tudo

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) faz licitação nesta semana para comprar 23 televisores. A especificação da concorrência diz que os aparelhos devem ter 46 e 47 polegadas. O preço máximo foi estabelecido em R\$ 61 mil.

11 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Denúncia de contadora envolve 6 empreiteiras

CPI Mista da Petrobras vai ouvir ex-funcionária de Alberto Youssef. Segundo ela, grandes empresas contratavam firmas do doleiro que só existiam no papel

■ O deputado Marco Maia (PT-RS), relator da CPI Mista que investiga suspeitas de corrupção relacionadas à Petrobras, vai pedir a convocação da contadora Meire Bonfim Poza para prestar depoimento sobre suas denúncias envolvendo o esquema montado pelo doleiro Alberto Youssef, publicadas na edição desta semana da revista *Veja*. Meire era contadora de Youssef e revelou detalhes sobre como funcionava o esquema de corrupção e desvio de dinheiro público que tinha como supostos beneficiários empreiteiras, políticos e agentes públicos.

Em entrevista à revista, Meire revelou que políticos do PT, PMDB e PP estão envolvidos com os negócios clandestinos de Youssef. "Havia um fluxo constante de entrada e retirada de dinheiro em pelo menos três empreiteiras", disse a contadora. Nas últimas três semanas, ela prestou depoimentos à Polícia Federal, ajudando os investigadores a entender o significado e a finalidade de documentos apreendidos com o doleiro e seus parceiros.

Ela contou como funcionava o esquema envolvendo as empreiteiras prestadoras de serviço à Petrobras, que contratavam empresas de Youssef que só existiam no papel. Estariam no esquema OAS, Sanko Sider, Galvão Engenharia, Unipar, Mendes Júnior e Camargo Corrêa. Segundo a reportagem, no caso da Camargo Corrêa, "era um esquema exclusivo de comissões de negócios acertados dentro da Petrobras com o Paulo Roberto da Costa (ex-diretor da estatal, preso pela Operação Lava-Jato)".

A contadora revelou que desconfiou da natureza ilegal dos negócios de Youssef quando recebeu ordens do doleiro para fazer um contrato pelo qual a empreiteira Mendes Júnior pagaria R\$ 3,8 milhões à GFD Investimentos (uma das empresas de fachada de Youssef), a título de consultoria sobre a viabilidade de plataformas de petróleo. Todos os envolvidos negaram manter qualquer relação com o doleiro.

Parlamentares

De acordo com a reportagem, pelo menos cinco parlamentares recebiam pagamento em dinheiro vivo, diretamente das mãos do doleiro ou por meio de depósitos bancários feitos por Meire. Os deputados André Vargas (sem partido-PR) e Luiz Argôlo (SDD-BA), que respondem a processo no Conselho de Ética da Câmara, além dos deputados Cândido Vaccarezza (PT-SP) e Mário Negromonte (PP-BA), e do senador Fernando

Collor (PTB-AL). Todos negaram as acusações.

A contadora afirmou ter uma relação de números de contas bancárias de parentes e assessores de políticos que receberam dinheiro do doleiro. Ela revelou ainda negócios entre Youssef e empreiteiras e prefeituras comandadas pelo PT. O doleiro oferecia 10% de propina a cada prefeito que aceitasse investir num fundo criado por ele.

"Parece que esta mulher conheceu, como poucos, a arquitetura e a operação do sofisticado esquema de lavagem de dinheiro que atingiu o montante de R\$ 10 bilhões. Isso tudo precisa ser investigado", disse o deputado paranaense Rubens Bueno, líder do PPS.

Meire Poza disse que pelo menos cinco parlamentares recebiam pagamento em dinheiro vivo de Youssef.

CONTINUA

11 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

YOUSSEF COGITA ACORDO DE DELAÇÃO PREMIADA

Preso há cinco meses e réu em 12 processos que podem render mais de cem anos de prisão, o doleiro Alberto Youssef estaria disposto a aceitar um acordo de delação premiada. A lei brasileira prevê redução de pena para quem colaborar com investigações. Foi o que ocorreu em 2007, quando Youssef foi detido pela primeira vez e se livrou da prisão entregando uma parte da sua clientela. No entendimento dos advogados do doleiro, não há defesa técnica possível contra as provas colhidas até agora. Youssef é acusado de comandar um esquema que teria lavado R\$ 10 bilhões.

SUPOSTA PROPINA

Documentos da Receita confirmam repasses denunciados por Meire

Documentos enviados à Receita Federal revelam repasses efetivos de recursos de empreiteiras – em especial das que atuaram nas obras da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco – às empresas do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Os documentos da Receita registram o valor do imposto retido e o montante transferido para os empreendimentos de Youssef e Costa, corroborando o depoimento prestado à PF pela contadora Meire Bonfim Poza, que atuou para o doleiro. A MO Consultoria, empresa de fachada de Youssef, por exemplo, foi abastecida com R\$ 1,2 milhão da OAS em 2010. Já a Sanko Sider repassou à MO os maiores valores, R\$ 28,8 milhões.

11 AGO 2014

GAZETA DO POVO

TELECOMUNICAÇÕES

Justiça restabelece validade de normas para operadoras

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) restabeleceu sexta-feira a eficácia de todos os itens do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC). Na semana retrasada, uma decisão liminar desobrigou um grupo de empresas de cumprir algumas regras estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que beneficiam os consumidores. A decisão anterior tinha desobrigado às empresas associadas à Telcomp de cumprir obrigações como o retorno imediato das ligações feitas aos call centers, que tenham sofrido interrupção, e a oferta para os clientes antigos dos mesmos benefícios oferecidos para captar novos clientes. Em reunião na próxima quinta-feira, a diretoria da Anatel irá julgar um pedido das empresas de telefonia para escalonar a implantação das obrigações previstas no RGC.

09 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CNJ vai trocar viagens por sessões online

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

O presidente interino do Conselho Nacional de Justiça, Ricardo Lewandowski, baixou nesta semana uma regra determinando que reuniões de trabalho que envolvam outras localidades devem ser feitas, preferencialmente, por meio de videoconferência. A instrução normativa 59 estabelece que, a partir de agora, viagens dos ministros deverão ser realizadas apenas nos casos em que o deslocamento físico for imprescindível.

A medida foi adota em reação aos gastos feitos por integrantes do conselho com passagens e diárias. De acordo com informações de assessores do CNJ, no ano passado esses custos com passagens e diárias ultrapassaram R\$ 3 milhões. E, no primeiro semestre de 2014, a conta foi de R\$ 1,5 milhão. Pela regra, os eventos promovidos pelo CNJ que impliquem a participação de conselheiros, juízes auxiliares e servidores deverão ser realizados, preferencialmente, em Brasília.

Interino na presidência do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, Lewandowski tem sua posse oficial nas duas cortes marcada para setembro. Ele sucede ao ministro Joaquim Barbosa.

09 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Juíza diz que vai julgar Azeredo em separado

Titular da 9ª Vara Criminal de BH afirma que vai analisar a ação penal contra ex-deputado tucano assim que ela chegar à Justiça de 1ª instância

Marcelo Portela
BELO HORIZONTE

A juíza Neide da Silva Martins, da 9ª Vara Criminal do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, disse ontem que pretende julgar a ação penal contra o ex-deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG), acusado de envolvimento no mensalão mineiro, assim que ela chegar à Justiça de primeira instância.

Segundo denúncia da Procuradoria-Geral da República, o mensalão mineiro foi um esquema de arrecadação ilegal de recursos para a campanha à reeleição de Azeredo, então governador de Minas, em 1998. A ação penal que tem Azeredo como réu tramitava no Supremo Tribunal Federal, mas como o tucano renunciou ao mandato em março, a Corte decidiu remeter o processo para a primeira instância.

Azeredo renunciou após o procurador-geral da República, pedir que ele seja condenado a uma pena de 22 anos de prisão e pagamento de multa de R\$ 451 mil pelos crimes de peculato e lavagem de dinheiro – a denúncia apontou desvio de ao menos R\$ 3,5 milhões de estatais mineiras para a campanha. Embora o STF tenha declinado competência para julgar o caso, desde 3 de abril a ação está parada na Seção de Composição e Controle de Acórdãos do Supremo.

Ontem, Neide Martins negou a possibilidade de juntar o processo à ação que tramita na capital mineira contra outros oito acusados de participação no esquema. “Vou apenas abrir vistas para o Ministério Público e a defesa decidirem se ratificam”, disse a magistrada, referindo-se às alegações finais já apresentadas pelas partes no processo

Com isso, a ação deverá ser julgada ainda neste ano. Azeredo nega as acusações.

A análise do processo que tramita em primeira instância só deverá ocorrer no ano que vem.

Genoíno deve ir para casa na próxima terça

● O ex-deputado federal José Genoíno, condenado no mensalão, deverá passar o Dia dos Pais na cadeia. Apesar de ter conseguido na quinta-feira passada autorização do Supremo Tribunal Federal para cumprir a pena em casa, o petista só deverá deixar o presídio da Papuda, em Brasília, na próxima terça-feira.

Isso porque ele tem de passar por uma audiência com um juiz antes de progredir do regime semiaberto para o aberto. Em Brasília, esse tipo de audiência ocorre apenas às terças. Segundo o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, essa regra é aplicada a todos os condenados, sem exceção.

Ao sair da cadeia, Genoíno deverá ficar numa casa alugada, em Brasília. Teoricamente, no regime aberto, o preso deve trabalhar de dia e voltar à noite para a casa do albergado. Em Brasília, porém, não há casa do albergado e os condenados que cumprem pena no regime aberto ficam em prisão domiciliar. As regras fixadas nesse regime devem ser passadas a Genoíno na audiência de terça.

Entre outras normas, o condenado deve ficar em casa das 21 horas às 5 horas, precisa comparecer à vara bimestralmente e só pode deixar o Distrito Federal com autorização do Judiciário. /

MARIÂNGELA GALLUCCI

09 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Cemig apela ao STJ para continuar com São Simão

André Borges / BRASÍLIA

A estatal mineira de energia Cemig decidiu apelar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para continuar à frente da hidrelétrica de São Simão. A decisão de recorrer à Justiça deve-se à recomendação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ao Ministério de Minas e Energia pela retomada da usina de 1.710 megawatts.

O contrato de São Simão venceu em janeiro de 2015, mas a Cemig alega que a hidrelétrica ainda não teve sua concessão renovada e cláusulas do contrato garantiriam a renovação automática por mais 20 anos. A Aneel, no entanto, decidiu referendar a posição já oficializada pelo governo federal e sustentou que a decisão final sobre a concessão cabe exclusivamente à União.

A estratégia jurídica adotada pela Cemig já tem um precedente favorável. Neste mês, a companhia mineira completa um ano à frente das operações da usina Jaguara, apoiada em uma liminar concedida pelo STJ.

A concessão da hidrelétrica

de 424 MW venceu em agosto de 2013. Mas a empresa não devolveu a usina, sob o mesmo argumento de que tem direito à renovação do contrato.

Supremo. Uma decisão final do STJ sobre a hidrelétrica de Jaguara pode ser conhecida na quinta-feira. Seja qual for o desfecho no STJ, porém, tudo indica que a briga judicial ainda está longe do fim. Caso a Cemig seja derrotada no processo, a estatal mineira vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), diz o diretor de relações institucionais da empresa, Luiz Henrique Michalick. O mesmo pode ser esperado da União, se a decisão for favorável à companhia. “A Cemig não vai abrir mão do que é seu. Vamos lutar até o fim”, disse Michalick.

A disputa entre a companhia e o governo começou em 2012, quando o ministério publicou as novas regras do setor e estipulou regras para renovação dos contratos das concessões. Procurado pelo Estado, o Ministério de Minas e Energia informou que não comentaria o assunto.

MP vai à Justiça contra Fundação Casa lotada

O Ministério Público de São Paulo entrou com ação civil pública contra a Fundação Casa por causa de superlotação em 106 das 116 unidades. A Promotoria da Infância e Juventude pede que a Justiça obrigue a entidade, ligada ao governo do Estado, a criar, em seis meses, 1.598 vagas para zerar o déficit de atendimento aos adolescentes. A ação ainda exige que unidades tenham capacidade máxima para 40 internos. A Fundação Casa informou que não foi notificada e não seria possível se posicionar.

09 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Estudo: 44% das mulheres sofrem assédio em ônibus

Felipe Werneck / RIO

Todas as mulheres de Heliópolis ouvidas por pesquisadores da organização humanitária ActionAid para a campanha “Cidades Seguras” relataram ter sofrido assédio no transporte público. A pesquisa foi feita entre setembro e outubro de 2013, nas periferias de São Paulo, Rio, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Das 306 mulheres ouvidas, 50 viviam em Heliópolis.

Nas comunidades pesquisadas, a média dos casos de assédio no transporte público foi de 43,8%. Após Heliópolis, o Complexo da Maré, zona norte do Rio, teve o maior percentual: 66%. Em Upanema, no Rio Grande do Norte, só 4% mencionaram o problema. Conforme o estudo, a maior parte das mulheres toma precauções. São estratégias como evitar sentar no fundo dos ônibus, apontada por 71% das entrevistadas em Heliópolis. Quase oito em cada dez acreditam que o tempo de espera pelo transporte aumenta a insegurança. Esse tempo é mais curto em Heliópolis e mais longo em Upanema, mas, em geral, a maioria aguarda até 50 minutos.

Uma das entrevistadas em Heliópolis foi a assistente administrativa Keila Barbosa, de 26 anos. “O que ‘pega’ mais hoje é que a gente não pode vestir uma determinada roupa porque pode haver até estupro. Acontece bastante assédio e não podemos falar nada”, diz ela no relatório. Pouco mais da metade das mulheres relatou já ter sofrido assédio por parte de policiais – numa comunidade de Pernambuco, esse índice chegou a 84%.

A campanha “Cidades Seguras para as Mulheres” foi lançada no Rio, na abertura do Fórum Nacional de Reforma Urbana, na Câmara Municipal. “Queremos chamar a atenção para a relação entre a qualidade dos serviços públicos em relação a iluminação, transporte, policiamento, moradia e educação, e a insegurança das mulheres nas cidades. A precariedade desses serviços agrava a sua vulnerabilidade à violência”, disse Gabriela Pinto, da ActionAid.

O ministro Gilberto Carvalho, secretário-geral da Presidência, recebeu, no fórum, o estudo e uma “Carta Política”, com demandas para melhorar os espaços públicos e reduzir a violência.

09 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Uma lei à espera do Planalto

Aprovada pelo Congresso sob o impulso das manifestações de junho de 2013, a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13) completa um ano de vida, e seis meses de vigência. Continua, no entanto, à espera de ser posta em prática. Até o momento, não foi aberto no plano federal nenhum processo administrativo. Com instrumentos novos e sem ter sido regulamentada pelo Planalto, ela gera muitas dúvidas e uma pergunta. Será aplicada em algum momento?

Com a lei, o País cumpriu compromissos internacionais, em particular a Convenção da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. Assinada pelo Brasil em 1997 e ratificada em 2000, a convenção previa a adoção pelos países signatários de instrumentos legais para responsabilizar empresas que participassem de ações ilícitas junto à administração pública, nacional ou estrangeira.

Uma das novidades da lei é a responsabilização objetiva (não é necessário comprovar dolo ou culpa) das pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública. Antes da lei, o agente corruptor respondia pessoalmente, ficando a empresa isenta de responsabilidade pelos atos de corrupção do empregado. Responsabilizar objetivamente as empresas era um

importante passo para a promoção de uma cultura empresarial que desestimule a prática de atos de corrupção. A lei criou ainda o Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no qual se arrolariam companhias multadas e o tipo de sanção.

Seguindo a experiência de outros países, a lei previu a possibilidade de acordo de leniência, figura equivalente à delação premiada, entre a empresa corruptora e a administração pública. Segundo Agustín Flah, consultor do Banco Mundial para casos de corrupção e lavagem de dinheiro, “nos Estados Unidos, mais de 88% de casos transnacionais de pagamento de propinas foram resolvidos por acordo e uma pequena parte foi a juízo. Isso acelera a resolução dos casos e reduz a carga sobre o Judiciário”.

No entanto, tudo isso – mesmo que vigente – está na categoria de possibilidade no plano federal, pois o Palácio do Planalto ainda não expediu um decreto regulamentando a lei. Em janeiro, o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, disse que o decreto estava “praticamente pronto”, mas precisava passar pelo crivo da presidente Dilma Rousseff. Segundo ele, a regulamentação sairia na semana seguinte. Agora, seis meses depois, a Casa Civil informa que o decreto continua em análise, mas que a lei “já está em vigor, independentemente de qualquer regulamentação”.

É verdade que a lei está em vigor, mas a falta de regulamenta-

ção lhe tira a eficácia. Por exemplo, para que os acordos de leniência saiam do papel, isto é, que as empresas se sintam seguras em dar ciência ao poder público dos atos de corrupção praticados por seus empregados, é preciso uma garantia de sigilo. Caso contrário, os riscos de danos à imagem da empresa – causados pelo vazamento de informações, coisa não rara no País – superam qualquer benefício que tivesse por informar a ocorrência dos atos lesivos à administração pública.

Ao sancionar a lei em agosto de 2013, a presidente Dilma vetou três de seus dispositivos. Ela permitiu, por exemplo, que o valor da multa exceda o valor total do bem ou serviço contratado, ou seja, deixou a lei mais dura. Mas, como se vê, era apenas uma reação ao calor do momento, com as manifestações das ruas clamando por mais ética na vida pública. A lei está em vigor há seis meses, mas ainda não há decreto que a regulamente. Mais um caso em que o Palácio do Planalto, podendo fazer algo positivo, não o fez.

Em tempo. Desde fevereiro, o Estado de São Paulo conta com o Decreto Estadual 60.106/14, que regulamenta a aplicação da Lei Anticorrupção no plano estadual. Com o decreto, criou-se o Cadastro Estadual de Empresas Punidas, e já são viáveis a abertura de processos administrativos e a aplicação de sanções, por exemplo, pela Corregedoria-Geral da Administração. É um passo.

10 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Longe das urnas. Porcentual de brasileiros de 16 e 17 anos que se cadastraram na Justiça Eleitoral diminuiu para 26% este ano, inferior ao nível médio de 36% e 37% registrado nas outras três disputas presidenciais desde 2002; voto é facultativo nessa faixa etária

Após protestos, participação de jovens que tiram título de eleitor cai um terço

*Julia Affonso
Rodrigo Burgarelli*

Se já era difícil convencer os jovens de 16 e 17 anos a votar, as manifestações de junho de 2013 tornaram essa tarefa mais árdua. O porcentual de adolescentes dessa idade que tiraram título de eleitor um ano antes da data da votação diminuiu em um terço em 2014, se comparado à média dos três últimos pleitos presidenciais. Neste ano, apenas um em cada quatro jovens elegíveis para votar se alistou, a proporção mais baixa do século até agora.

As manifestações interromperam uma curiosa regularidade do alistamento eleitoral dos jovens entre 16 e 18 anos. De acordo com a legislação brasileira, jovens nessa faixa etária podem votar se quiserem, mas não são obrigados. Desde o início do atual século, uma proporção constante desse contingente se registra para votação no ano anterior a cada eleição — uma taxa que fica um pouco maior nas eleições municipais que nas estaduais e federais.

Em 2008 e 2012, a taxa de adolescentes que tiraram título de eleitor para votar para prefeito

e vereador foi de cerca de 43% em relação ao total de jovens dessa idade, segundo cruzamento dos dados de alistamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com os da projeção da população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nas disputas de 2002, 2006 e 2010, a proporção ficou entre 36% e 37% em cada uma. Em 2014, o índice caiu para 26%.

Como a data-limite do registro para votar é até maio do ano da eleição, é impossível não relacionar essa queda às repercussões das manifestações de junho de 2013 em todo o País. Entre aquele mês e maio deste ano, 760 mil jovens deixaram de pegar seu título de eleitor, em comparação com a quantidade que se alistaria caso a proporção das últimas eleições tivesse sido mantida. Só esse número já é quase o dobro dos 440 mil adolescentes com título de eleitor que se abstiveram e não compareceram às urnas em 2010.

“Todas as distorções da política brasileira apareceram de maneira muito forte nas manifestações”, afirma o professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) José Álvaro Moisés. Segundo ele, a falta

de confiança dos jovens nas instituições políticas existentes no Brasil é uma das explicações de por que os adolescentes que se engajaram em protestos hoje preferem não participar do processo eleitoral.

Descrença. O crescimento de organizações que questionam as instituições tradicionais está ligado a esse fenômeno. O Movimento Passe Livre, por exemplo, foi símbolo das manifestações de 2013 em São Paulo e hoje promove discussões sobre o Brasil em escolas públicas.

“A política não se faz só em um dia, a cada dois ou quatro anos. Para nós, é mais importante convencer os jovens de que eles devem se mobilizar ativamente pelos seus direitos do que conceder uma procuração a um governante para fazer isso por eles”, afirma a representante do movimento Mariana Toledo, de 28 anos.

É difícil mensurar o quanto essa opinião cresce entre os jovens, mas a onda de manifestações iniciada no ano passado e a queda do alistamento entre adolescentes são indícios que apontam nessa direção.

CONTINUA

10 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Outra pista é a quantidade de eleitores entre 18 e 24 anos que dizem que vão votar branco ou nulo nas eleições deste ano. Em julho, 17% disseram isso ao Ibope, 7 pontos percentuais a mais do que no mesmo mês de 2010.

Cientistas políticos afirmam ver o interesse pela política aumentando entre os jovens ao longo dos últimos anos, apesar da queda no alistamento.

“É uma geração crítica. Não acredito que as redes sociais formem ativistas de sofá”, afirma o professor do Insper Humberto Dantas. “Mas falta conteúdo para o jovem entender que o voto é importante.”

● Educação

“A educação tem papel estratégico de fornecer a base para que as pessoas se sintam motivadas a participar, mas o sistema educacional não está preparando os jovens para a democracia”

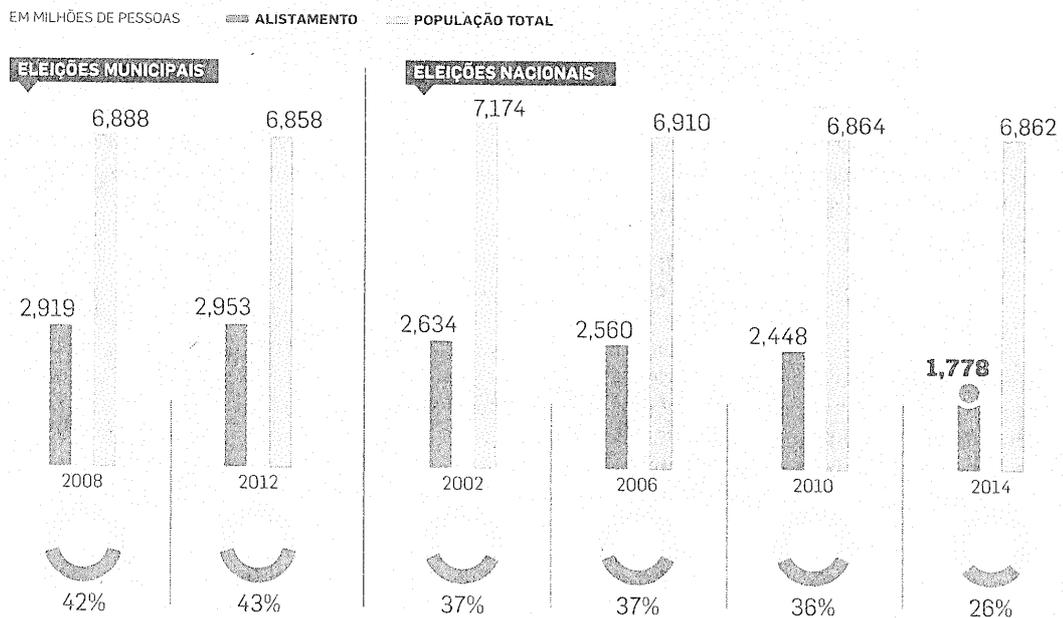
José Alvaro Moisés

CIENTISTA
POLÍTICO DA USP



DESILUSÃO

● Taxa de jovens de 16 e 17 anos que se registram para votar caiu em 1/3 neste ano



PORCENTAGEM DE JOVEM QUE SE ALISTARAM PARA VOTAR EM RELAÇÃO AO TOTAL DE JOVENS

FONTE: TSE, IBGE E ESTADÃO DADOS

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

1 1 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

TRE fecha gráfica por suspeita de desvio de recursos públicos

Fernanda Nunes / RIO

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio lacrou, na sexta-feira passada, a gráfica High Level Signs, na zona norte da capital fluminense. O TRE vê indícios de envolvimento da empresa com esquema de desvio de dinheiro público para a confecção de material de campanha para a coligação PMDB, PP, PSC, PSD e PTB.

Segundo o TRE, a gráfica tinha contratos com os governos estadual e municipal, comandados pelo PMDB. A fiscalização apreendeu material gráfico da campanha do governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), que disputa a reeleição, e, principalmente, para a de Pedro Paulo (PMDB), candidato a deputado federal e ex-chefe da Casa Civil do prefeito Eduardo Paes.

A empresa produzia material de campanha também para o deputado federal Leonardo Picciani (PMDB); a deputada estadual Lucinha (PSDB); e Rodrigo Bethlem (PMDB), envolvido em recentes denúncias de desvio de dinheiro público.

O TRE informou ainda que foram apreendidos R\$ 28 mil em dinheiro e oito computadores.

Segundo o tribunal, a "High Level Signs aparecia também como beneficiária em pelo menos 11 boletos bancários de pagamento da Secretaria de Estado da Casa Civil, com valor total de R\$ 340 mil".

As investigações começaram após os candidatos Pedro Paulo e Lucinha espalharem placas no bairro de Sepetiba, na zona oeste do Rio. Como a tiragem declarada era pequena, a responsável pela fiscalização da propaganda, juíza Daniela Barbosa Assumpção de Souza, determinou a verificação do endereço da gráfica, mas no local funcionava apenas um salão de beleza, levando à suspeita de que a empresa era usada como "laranja". A poucos metros funcionava a gráfica High Level Signs.

Entre os documentos apreendidos estão ordens de serviço, com tiragem de placas, banners e panfletos menor que a quantidade realmente entregue aos candidatos, segundo o TRE.

Pezão, por meio de sua assessoria, afirmou que a sua "campanha segue rigorosamente a lei e defende que toda denúncia deva ser apurada". A prefeitura disse que "não possui nenhum contrato com a High Level Signs". Afirma ainda que "não existe nenhum tipo de aplicação de recurso público municipal em financiamento de campanha eleitoral de qualquer candidato".

11 AGO 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

CNJ busca reduzir gastos com viagens

O presidente em exercício do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ricardo Lewandowski, assinou nesta sexta-feira (8) uma instrução normativa que estipula que juízes, servidores e conselheiros devem adotar o uso de videoconferências ou delegar a coleta de informações a juízes de outros estados, na tentativa de reduzir gastos com diárias, passagens e hospedagens.

Segundo dados do conselho, em 2013, conselheiros e integrantes do CNJ utilizaram R\$ 3 milhões em diárias, passagens e hospedagens. Somente nos seis primeiros meses do ano foram gastos R\$ 1,5 milhão. Lewandowski, que, com a aposentadoria de Joaquim Barbosa, deverá ser confirmado como novo presidente do Supremo Tribunal Federal, tem afirmado a interlocutores que considera elevadas as despesas com viagens. Entre as razões para os deslocamentos de integrantes dos conselhos estão viagens para ouvir depoimentos em processos para investigar magistrados. ■

11 AGO 2014

BEMPARANÁ

Direito de resposta

O candidato do PMDB ao governo, senador Roberto Requião (PMDB) cumpriu a determinação da Justiça Eleitoral e publicou em seu site de campanha um direito de resposta do governador Beto Richa (PSDB) que esclarece a questão sobre as ações contra o pedágio. "Mente quem afirma que o Estado desistiu das ações judiciais do pedágio. A possibilidade de desistência de algumas das ações judiciais foi cogitada e avaliada juridicamente pela Procuradoria Geral do Estado. Entretanto, o Governador do Estado, Beto Richa, não autorizou que houvesse desistência de qualquer destas ações judiciais, conforme maliciosamente alegado por este site de campanha" - diz o direito de resposta 'assinado' por Beto Richa.

Vice impugnado

O candidato a vice-governador na chapa de Geonísio Marinho (PRTB), Rodrigo Carlo Sottile foi impedido de concorrer nas eleições deste ano. Sottile é presidente do PRTB de Londrina (norte) há dois anos, mas não era oficialmente filiado ao partido. Segundo a assessoria do PRTB, o presidente anterior não registrou a filiação de Sottile. De acordo com a legislação eleitoral, os candidatos devem ser filiados pelo menos 12 meses antes das eleições para poder concorrer. A Corte do TRE-PR por maioria, indeferiu o pedido de registro de candidato por "ausência de comprovação de regular e tempestiva filiação partidária".

Provas

Segundo o relator, desembargador Jucimar Novocho, "a prova da filiação partidária para aferição em pedido de registro de candidatura deve ser feita com base na última relação oficial de eleitores recebida e armazenada no sistema de filiação da Justiça Eleitoral" e "documentos unilaterais produzidos pelo partido não comprovam a regular filiação partidária do candidato no prazo mínimo de um ano para efeitos de registro de candidatura". O político ainda pode recorrer, mas segundo a assessoria do PRTB outro nome deve ser indicado ainda neste final de semana.